



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 524 - DE 23 DE JULHO A 6 DE AGOSTO DE 2016 - R\$ 4,00

O aumento desenfreado do **desemprego, o confisco salarial e a destruição de direitos** exigem uma resposta imediata dos sindicatos. Está colocada a tarefa de organizar um **movimento nacional para quebrar a ofensiva da burguesia e do governo golpista**. A vanguarda deve trabalhar pela convocação de assembleias, aprovação de um plano de reivindicações, formação de comitês de luta e organização de um movimento grevista nacional. É preciso levantar a bandeira:

Não pagaremos a gigantesca dívida pública com nossos empregos e salários!

Temer golpista de joelhos diante do imperialismo

A classe operária, os demais oprimidos e a juventude devem rechaçar o servilismo do governo golpista e da burguesia brasileira. Devem levantar a bandeira de **fim do intervencionismo imperialista no Oriente Médio e de autodeterminação das nações oprimidas**. Condenamos a deportação do físico Adèle Hicheur! **Fim das arbitrárias prisões dos dez brasileiros acusados de terroristas!**

Política Operária

Responder imediatamente aos ataques do governo golpista de Temer

Depois de um breve momento de dificuldades em pôr em pé seu corpo ministerial, Michel Temer se acha mais seguro no cargo presidencial usurpado. Já não está diante da ofensiva da Operação Lava Jato que resultou na queda de importantes ministros. A eleição de Rodrigo Maia, do DEM, para a presidência da Câmara dos Deputados, foi mais um sinal de que os meios políticos para vencer os obstáculos iniciais estão a favor da consolidação do golpe de Estado.

Evidentemente, mantém-se a expectativa na finalização do impeachment em agosto. Tudo indica, no entanto, que o curso dos acontecimentos se manterá. O PT, a CUT e a Frente Brasil Popular já não esboçam resistência e Dilma Rousseff conta os dias para a formalização jurídica de seu desligamento definitivo. Não mais se alimenta a esperança de que ecoe a denúncia de golpe entre as massas e se erga qualquer resistência.

O apoio de parte da bancada do PT e o declarado apoio do PCdoB a Rodrigo Maia são a demonstração da aberta capitulação diante do governo golpista. Corre entre os petistas a avaliação de que não se deve chorar sobre o leite derramado. Para os derrotados, trata-se de seguir em frente encarando a previsível derrocada nas eleições municipais. Afinal de contas, o PT procurou se livrar da queda e do opróbrio defendendo a democracia e o Estado de Direito nas entranhas dos quais se gestou o movimento golpista da direita. Reconheceu o impeachment como instrumento constitucional democrático e se submeteu às vias institucionais que defenestravam seu governo.

O movimento anti-impeachment da CUT e aliados não foi capaz de romper com o quadro institucional do golpe. E se negou a organizar a luta nacional contra as demissões em massa, o confisco inflacionário dos salários, a perda de poder de compra da população e as medidas antipopulares que foram implantadas por Dilma Rousseff. A passividade diante da ofensiva da burguesia e do Estado contra os assalariados e camponeses demonstrou às massas que a CUT, MST, UNE e demais aliados do campo da Frente Brasil Popular não mereciam as suas confianças e nada justificava a defesa do governo antipopular de Dilma Rousseff, embora não estivessem a favor do golpe de Estado.

A frente partidária do impeachment viu o campo livre para avançar. As manifestações organizadas pelos petistas não passaram de comícios pela democracia em abstrato, quando se negavam a levantar os explorados em defesa de suas reivindicações. A impotência da resistência ao golpe por meio da via institucional – contrária à luta de classes – se manifestou mais claramente diante da votação no dia 17 de abril, na Câmara dos Deputados, pelo impeachment. Fato que indicou a capitulação do PT e, juntamente com ele, a dos aliados da Frente Brasil Popular.

Michel Temer pôde iniciar um governo completamente divorciado das massas e amplamente envolvido com a mesma rede de corrupção que a do PT, sem que qualquer resistência operária e popular pudesse contestá-lo. A diretriz burguesa dos petistas não apenas permitiu que a direita derrubasse seu governo como também se constituiu o governo golpista sem que houvesse qualquer resposta da CUT. Para ser preciso, apenas o MTST e MST esboçaram uma pontual resistência, mas de caráter corporativo em torno do Programa Minha Casa, Minha Vida e da continuidade da proteção aos assentamentos agrários.

De fato, nada podiam fazer contra o golpe triunfante e o governo golpista. As massas não estavam dispostas a ouvi-los – tamanho o compromisso e a identificação da CUT, MST e UNE com o governo – e não encontravam uma resposta aos ataques aos empregos, salários e direitos trabalhistas. Passadas as primeiras horas de turbulência, o governo golpista se apurou, obteve apoio da grande maioria do Congresso e do Senado, aprovou um elevado déficit primário de R\$ 170,5 bilhões, amenizou provisoriamente a crise financeira dos estados, atendeu ao aumento dos salários à alta burocracia do Estado (Judiciário, etc.), obteve a eleição para a presidência da Câmara de um aliado seguro e se aliviou com o afastamento Eduardo Cunha.

A burguesia continua unificada em torno dos objetivos econômicos, financeiros e sociais do governo golpista. A possibilidade de a economia ter uma pequena recuperação nos próximos dois anos, segundo avaliações, vem sendo divulgada como uma notícia favorável à estabilidade da nova administração conduzida pelo PMDB, PSDB, DEM e lacaios. O PT e seus aliados, por sua vez, permanecem adaptados aos interesses dos capitalistas. O golpe não mudou sua política de conciliação de classes.

Os sindicatos cutistas e movimentos consideram Michel Temer “ilegítimo” para implantar as reformas trabalhistas e previdenciárias. Assim, não têm como participar, pelo menos imediatamente, nas negociações em nível de Estado. A Força Sindical está incumbida dessa tarefa. As duas frações do sindicalismo burocrático colaboram com o governo de Temer na forma de passividade ou de participação direta. Estão se confirmando os perigos da nova situação de colaboração no pós-impeachment.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, anunciou que os projetos de reforma trabalhista e da previdência estão prontos para serem enviados ao Congresso Nacional. Temer está empenhado em estabelecer o princípio do primado do negociado sobre o legislado, que destruirá definitivamente as conquistas trabalhistas que ainda restam na CLT. Avançará na regulamentação da terceirização. Estabelecerá a idade mínima para a aposentadoria. E consolidará o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que serve aos interesses da classe capitalista. Temer não teve receio, portanto, em declarar que fará o que os outros governos não fizeram. E que está pronto para “enfrentar as resistências”.

Essas medidas antioperárias servem à sustentação do parasitismo financeiro e manutenção da gigantesca dívida pública. O governo golpista está inteiramente voltado à proteção do capital financeiro e dos monopólios. Não há como defender os salários e os empregos sem combater pelo não pagamento da dívida pública.

Enquanto a direção da CUT chorosamente reclama que Temer não tem “legitimidade”, seu governo está em plena ação para impor as reformas antinacionais e antipopulares. ***O aumento desenfreado do desemprego, o confisco salarial e a destruição de direitos exigem uma resposta imediata dos sindicatos. Está colocada a tarefa de organizar um movimento nacional para quebrar a ofensiva da burguesia e do governo golpista. A vanguarda deve trabalhar pela convocação de assembleias, aprovação de um plano de reivindicações, formação de comitês de luta e organização de um movimento grevista nacional. É preciso levantar a bandeira: “Não pagaremos a gigantesca dívida pública com nossos empregos e salários!”***

Por uma campanha salarial unificada

Metalúrgicos, têxteis, bancários, funcionários públicos e outros setores

Boa parte das categorias tem a data-base no segundo semestre. É o caso da maioria dos operários e dos bancários. O funcionalismo público, saúde e educação em São Paulo, está sem reajuste há dois anos. As reivindicações são comuns: reposição das perdas salariais, redução da jornada, fim das demissões e manutenção dos direitos trabalhistas. Os governantes estão aplicando a política de “ajuste fiscal”, arrochando os salários, reduzindo os recursos das áreas sociais e eliminando direitos. Os capitalistas avançam na aplicação das medidas de flexibilização, lay-off, PPE, PDV, e demissões. As direções sindicais continuam com o sindicalismo de feudo e profundamente divididas por aparatos. Mantêm-se unidas em torno da política de conciliação de classes em detrimento das ações diretas e coletivas.

A CUT, CTB, UGT e Força Sindical estão unidas no discurso contra os juros altos e reclamam do governo sua queda como forma para garantir empregos. Foi o que se passou no ato do dia 19 e que resultou na reunião para aprovar um novo manifesto, nos moldes de 2015. Uma união antiga de burocratas em favor do pleito dos capitalistas, que demitem a rodo.

A CUT realizou uma reunião, no dia 20, de dirigentes sindicais para discursar em favor da campanha salarial e da pauta unificada. Um dos burocratas lembrou que se trata de uma articulação que servirá para a construção da greve geral. Os representantes da saúde denunciaram a política de Temer de criar um plano de “saúde popular”, que de popular não tem nada e tem tudo de privatização. Outro dirigente se mostrou pessimista com a campanha salarial em função da chamada conjuntura nacional (crise). A presidente do sindicato dos bancários interveio em defesa do BNDES, dizendo que foi importante para o crescimento econômico, para a “geração de emprego e renda”, mas que Temer quer privatizar. Como se vê, em vez das direções sindicais discutirem seriamente um movimento unificado em defesa dos salários, empregos e direitos, limitaram-se a elogios saudosistas aos 13 anos de governo do PT.

Há uma concordância entre os burocratas de que a campanha salarial enfrenta uma situação difícil. Assim, os discursos convergiram para a crítica aos juros altos que, como diziam, acabam prejudicando as campanhas salariais e aumentando o desemprego. Essa conversa de redução de juros é própria das burocracias, que não querem lutar contra a infecção e se prendem à febre. Ou seja, ocultam as causas dos juros. A luta do movimento operário é pelo não pagamento da dívida pública e estatização do sistema financeiro sob o controle operário. É por essa via que se defende o salário, o emprego e os direitos trabalhistas e se avança contra o domínio do capital sobre o

trabalho. Está aí por que a ideia dos burocratas sobre a necessidade dos “diálogos” para evitar os “riscos dos retrocessos” se dá sob o imperativo do capital financeiro. A conclusão de que é preciso a “construção de uma agenda política comum” é o palavreado de quem está de joelhos diante do novo governo golpista de Temer e se mostra impotente perante os capitalistas. A avaliação de que a campanha salarial “enfrenta uma situação difícil” é de quem foi derrotado politicamente pelo movimento do impeachment e que foi incapaz de reagir à altura organizando o combate desde as fábricas. Essa burocracia se negou a responder às demissões em massa e se prendeu à luta interburguesa institucional em torno do “Fica Dilma”.

Isso explica porque dessa reunião não saiu nada de concreto. Nenhuma organização para uma campanha salarial unificada. Nenhuma orientação de convocação de assembleias, objetivando as manifestações de massa e coletivas. O que não dá para fazer é julgar a priori que será difícil e manter a mesma política de anos anteriores. Ou seja, divisão dos metalúrgicos por grupos, divisão do funcionalismo por setor, divisão dos bancários entre os públicos e privados, etc. A intransigência dos capitalistas e dos governos só será quebrada pela luta unitária e pelos métodos da classe operária.

No momento em que se colocar seriamente a organização da greve geral, os sindicatos convocarão os trabalhadores para as assembleias e para a defesa de reivindicações claramente unificadas. A burocracia refere-se à greve geral para ocultar o divisionismo, o temor da unidade da maioria oprimida e a adaptação ao governo golpista de Temer. Ao contrário, trata-se de responder à ofensiva dos capitalistas e do governo golpista levantando a bandeira de não pagamento da dívida pública, estatização dos bancos, por emprego, salário e garantia dos direitos trabalhistas/previdenciários.

Temer está cortando na carne os direitos

O governo golpista de Temer acabou de publicar mais uma Medida Provisória contra os trabalhadores. Por meio da MP 739 implantou a restrição do acesso ao auxílio-doença, cancelou o “benefício” pago aos trabalhadores afastados por doença ou incapacidade (aposentadorias por invalidez) e reavaliará os benefícios de prestação continuada recebidos por idosos e deficientes de baixa renda.

É por essa via que Temer cortará gastos da seguridade social. Arrancará os míseros benefícios de quem está doente. Enquanto isso, nadam em dinheiro os parlamentares, juízes, a alta cúpula da administração e dos órgãos de repressão.

Abaixo a MP 739! Direito à seguridade social a todo trabalhador e ao salário mínimo vital.

Temer cortará gastos da seguridade social. Arrancará os míseros benefícios de quem está doente. Enquanto isso, nadam em dinheiro os parlamentares, juízes, a alta cúpula da administração e dos órgãos de repressão.

Abaixo a MP 739! Direito à seguridade social a todo trabalhador e ao salário

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Temer modificará a CLT em favor dos capitalistas

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, anunciou que Temer encaminhará a reforma trabalhista para ser votada no Congresso Nacional. O objetivo central é “flexibilizar a CLT”. Enfatizou que é necessário dar força de lei aos acordos entre patrões e sindicatos (o chamado negociado sobre o legislado). Disse que é preciso modificar a legislação, que é da década de 40. Mostrou que a proposta é antiga e que Fernando Henrique Cardoso e Lula tentaram fazer essas mudanças, mas acabaram desistindo. Dilma cogitou, mas não teve forças para demover o descontentamento das centrais. E que este é o momento. Temer completou dizendo que “vai enfrentar as resistências”.

Como parte da reforma trabalhista, o ministro afirmou que o Congresso votará a lei da terceirização. O projeto foi aprovado na Câmara em abril de 2015 e se encontra no Senado. Trata-se da ampliação da contratação de serviços terceirizados para todas as atividades das empresas.

Sobre o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), o ministro o elogiou. Mas como tem prazo de validade até final de 2017, o governo quer expandi-lo para os setores de serviços e torná-lo permanente. Lembremos que o PPE estabelece a redução da jornada de trabalho e de salário até 30%.

Como se vê, a reforma trabalhista de Temer objetiva facilitar as demissões, reduzir salários e ampliar as terceirizações. Trata-se da flexibilização capitalista do trabalho. A resposta dos operários e demais explorados é a da unidade nas ruas para derrubar a reforma de Temer.

Temer diz que “vai enfrentar as resistências”

Essa declaração é de quem se acha firme no poder e confiante de que não haverá levante das massas. A segurança do governo golpista de que chegou a hora de implantar a reforma trabalhista e da previdência, custe o que custar, indica que considera os derrotados pelo impeachment como incapazes de resistir. Mais ainda, Michel Temer quer aproveitar a derrota do PT, que se traduziu em derrota da burocracia sindical da CUT, CTB, UNE, MST, para fazer o que os outros governos não fizeram.

A prepotência de um governo que mal se constituiu e que está completamente divorciado da população se assenta na falência da política reformista do PT e de conciliação de classes da burocracia sindical, que estrangulou o movimento operário e camponês sob o governo de Lula e de Dilma Rousseff. Não esqueçamos que a burguesia se unificou para enxotar da presidência da República Dilma Rousseff e defenestrar o PT da máquina do Estado justamente porque os petistas já não serviam para aplicar o remédio amargo do ajuste fiscal e da desvalorização da força de trabalho. A burguesia e o governo golpista sabem perfeitamente que o PT continuará como partido da ordem capitalista e que sua burocracia não modificará sua política de conciliação de classes. Assim, Temer pode dizer que “vai enfrentar as resistências”.

A bandeira do movimento operário, ao contrário, é de enfrentar os ataques do governo e potenciar a resistência dos explorados por meio da luta de classes.

Força sindical e UGT empenham-se na Reforma da Previdência

O corrupto Paulinho da Força diz que vai propor um regime previdenciário para os que estão entrando no mercado de trabalho. As contribuições, assim, seriam divididas em duas partes: a parte do patrão vai para o INSS e parte do trabalhador irá para um fundo. Na verdade, trata-se de uma manobra da Força Sindical e da UGT para aparecer perante os explorados como quem está defendendo os interesses dos trabalhadores, participando e negociando com o governo golpista de Temer. Na verdade, essas centrais estão referendando as propostas do governo de criação de uma idade mínima para a aposentadoria (65 anos), que valeria para todos, e desvinculação dos benefícios dos reajustes do salário mínimo.

A classe operária tem de rechaçar essas direções conciliadoras e traidoras. Paulinho serve de capacho ao golpista Temer. E se colocar contra a reforma da previdência, porque é de eliminação de conquistas sociais. Ao contrário do vendido Paulinho, os trabalhadores devem levantar a bandeira de: 1) um único sistema de previdência estatal, inteiramente sob o controle da classe operária; 2) expropriação e estatização de toda a previdência privada; 3) direito de aposentadoria a todo trabalhador que atingir 25 anos de tempo de serviço; 4) que nenhum aposentado ganhe menos que o salário mínimo vital (R\$ 4.600,00); 5) fim das aposentadorias precoces e milionárias de juizes, parlamentares e governantes.

Golpistas e não-golpistas se unem

A Força Sindical, CUT, CTB, UGT, Nova Central e CSB armaram um circo na Avenida Paulista, no dia 19. Compareceram unidas no dia em que o governo marcou para divulgar a ata do Copom sobre a taxa de juros. Foi um espetáculo indecente a CUT e CTB darem as mãos à Força Sindical, UGT etc para comparecerem unidas diante da farsa montada em torno da reivindicação de não aumento de juros pelo Banco Central. O argumento de que a redução dos juros para o pagamento da dívida pública se converteria em defesa de mais investimentos e empregos é típica de quem se coloca a serviço das pressões do capital industrial sobre o capital financeiro.

Os burocratas querem que os operários acreditem que estão defendendo os empregos, defendendo os interesses de uma fração burguesa em relação a outra. Nada disso! O ato foi patrocinado por uma fração da burguesia que almeja juros mais baixos. A fração capitalista industrial e comercial quer os juros mais baixos para proteger seus negócios e lucros. A questão do emprego é um acessório colocado pelos burocratas.

No termino do ato, as centrais disseram que farão um novo manifesto, a exemplo do “Compromisso pelo Desenvolvimento”, de 2015. Querem, na realidade, continuar com a política de conciliação de classes com os exploradores.

Multinacionais anunciam um excedente de 32 mil metalúrgicos

A ofensiva patronal visa às demissões e à flexibilização capitalista do trabalho. Depois de liquidar 29 mil postos de trabalho nos últimos três anos, as montadoras dizem que há um excedente de 32 mil. Boa parte está no ABC. São 6.400 somente na Volks, Ford e Mercedes. Além de demitir à vontade, as montadoras têm milhares de operários em lay-off e PPE.

A Volks de São Bernardo diz que há um excedente de 3.600. Por isso, propôs ampliar o PDV, continuar com o PPE e o lay-off. E abolir a correção salarial de 2017 a 2019.

A Mercedes, também de São Bernardo, conta com 10 mil trabalhadores, sendo que 1800 estão em lay-off. O PDV está aberto há um mês. O excedente é de 2000.

A Ford do ABC possui 4500 metalúrgicos. A partir de outubro, os operários estarão na linha de montagem de carros e caminhões. Mesmo assim, há um excedente de 850. Destes, 450 irão para o lay-off. E o PDV será aberto com meta de demitir 300 da produção e 100 da administração.

Como se vê, o problema é o mesmo em todas as montadoras. As soluções patronais também são as mesmas. Mas, os

metalúrgicos continuam divididos e sob intensa pressão das demissões. A burocracia sindical cutista está comprometida até a medula com os acordos de flexibilização capitalista (lay-off, PDV, PPE, etc). Sua tarefa consiste em fazer com que as assembleias nas fábricas aceitem as propostas patronais. Lamenta as demissões, critica os juros altos e enche os pulmões para discursar contra a retirada de direitos, mas pede o voto dos operários para os acordos (muitas vezes já firmados com as multinacionais). Os operários descontentes, por sua vez, não vêm outra perspectiva a não ser levantar os braços em favor das posições da burocracia.

Essa situação não é para sempre. A classe operária tende a reagir. A experiência com a política de conciliação de classes da burocracia é decisiva para a reação dos operários. Daí a importância da penetração das ideias classistas de unidade, enfrentamento e combate à política dos burocratas sindicais. As bandeiras de independência e democracia operárias são fundamentais para dar um passo em favor da constituição das frações revolucionárias nos locais de trabalho.

PT e PCdoB ajudam o governo golpista

Rodrigo Maia, do DEM, da coligação da oposição liderada pelo PSDB, partícipe do movimento de impeachment e base de apoio ao governo de Michel Temer foi eleito com os votos da dita esquerda, do PT, PCdoB e PDT. A capitulação é indisfarçável! A justificativa de que se tratava de impedir a vitória do candidato do “centrão”, representado pelo deputado Rogério Rosso, do PSD, portanto, de um homem de Eduardo Cunha, serve de máscara à vergonhosa capitulação.

Para o governo golpista, tanto Maia quanto Rosso estavam de acordo com seus objetivos. Com o golpe de Estado e conformação do novo governo, afirmou-se o realinhamento partidário que se estruturou no processo de cassação do mandato de Dilma Rousseff. A oposição constituída pelo PSDB, DEM e PPS (depois reforçada pela adesão do PSB) confluiu com a oposição do chamado centrão, formado pela fração do PMDB sob o comando de Eduardo Cunha, pelo PP, PSD, PR, SD, etc.

O êxito do impeachment dependeu do centrão, do qual vários partidos fizeram parte da base de Dilma Rousseff e se bandearam quando viram que a burguesia estava unificada e exigia o fim da administração petista. O governo golpista, assim, nasceu de uma nova aliança de poder, composta pela oposição e pelo centrão. Está aí por que tanto Maia quanto Rosso são expressões políticas do golpismo.

O PT esteve diante de um teste: rechaçar qualquer candidatura do campo do impeachment ou apoiar uma delas. Esse dilema provocou uma divisão em sua bancada parlamentar. Lula e sua corrente majoritária, “Construindo um Novo Brasil” (CNB), se posicionaram a favor de Rodrigo Maia. Num primeiro momento, os petistas incentivaram a candidatura de Marcelo Castro, do PMDB, que foi ministro de Dilma Rousseff e votou contra o impeachment. Sabia-se que não tinha futuro, mas permitiria o PT manobrar e chegar ao segundo turno com o voto no candidato preferido de Michel Temer.

A candidatura de Rodrigo Maia foi montada pelo concurso do PSDB, por meio de Aécio Neves, com apoio do Planalto,

pela expressa colaboração do PCdoB, por meio do deputado Orlando Silva, e pela anuência do PT, por meio de Luís Inácio Lula da Silva. Assim, Aécio e Lula estiveram unidos em torno do representante do DEM.

Parece incompreensível que o PT e PCdoB tenham prestado favor a uma das alas do golpismo e ao próprio governo golpista. No entanto, não há nada de estranho. O PT e PCdoB fazem parte da ordem capitalista, estão profundamente integrados ao Estado burguês e se acham corrompidos até a medula. Necessitam fazer alianças a todo o momento com os adversários. A ideia de que é melhor Rodrigo Maia do que Rogério Rosso é um argumento típico de um partido burguês. O que quer dizer que hoje se presta um favor a Maia e amanhã se receberá uma recompensa.

A denúncia de que houve um golpe de Estado foi para a latrina. O PT já se convenceu de que é um derrotado e de que, como derrotado, espera se reerguer no mesmo terreno de sua ruína. Esse objetivo depende de manter seus laços com os partidos da burguesia e de se conservar nas entranhas das instituições do Estado.

Segundo informações, o PCdoB chegou a negociar o apoio a Rodrigo Maia em troca do bloqueio à CPI sobre os recursos da UNE. O desmentido não muda o teor da capitulação, nem o fato desse partido estalinista ter apodrecido sem atenuantes. Está aí a prova cabal de que o reformismo e o estalinismo cumprem um papel contrarrevolucionário. O apoio do PT e PCdoB a um homem do governo golpista denuncia também as correntes que se mantiveram no mesmo terreno dos reformistas e estalinistas da Frente Brasil Popular e demonstra a correção da linha traçada pelo Partido Operário Revolucionário (POR) em seu combate ao golpismo.

A construção do partido revolucionário está em diametral oposição a toda variante da política burguesa e, em particular, ao reformismo senil e ao estalinismo decadente. A vanguarda deve aproveitar bem essa experiência para trabalhar pela independência de classe dos explorados. Tarefa essa que implica superar o reformismo e o estalinismo.

Serviçais do imperialismo

O governo golpista de Michel Temer deportou o físico argelino, naturalizado francês, Adlène Hicheur, para a França, onde é acusado de terrorismo. Veio para o Brasil e passou a trabalhar como professor-visitante na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), depois de cumprir dois anos de prisão. A justiça francesa o condenou à pena de cinco anos, libertando-o antes de cumpri-la integralmente. Perseguido e sem trabalho, viu no Brasil a possibilidade de exercer suas atividades científicas como físico.

A acusação que lhe pesa foi a de ter trocado mensagens com a Al-Qaeda do Magreb, no entanto, nada confirmou que tenha ingressado ou agido de acordo com os métodos terroristas. Adlène Hicheur chegou a receber apoio de um comitê internacional, que contou com a participação do cientista Jack Steinberger, prêmio Nobel de Física. Mesmo assim, o governo francês foi em frente com a perseguição política, que culminou com a sua condenação e prisão.

A Polícia Federal, seguindo as pressões da França, utilizou a revista Época para denunciar a presença do físico argelino no Brasil, no início de ano. Estavam, portanto, mancomunados para perseguir Kicheur em território brasileiro. Feita a publicidade, a Polícia Federal recomendou ao governo deportá-lo para a França. Em meados de julho, o ministro da Justiça Alexandre de Moraes atendeu ao governo francês, apesar dos protestos da UFRJ. Quando fazia uma videoconferência para pesquisadores do Centro Europeu para Física de Partículas (Cern), o cientista foi notificado de que seria deportado. A vice-reitora da UFRJ, Denise Nascimento, esteve no aeroporto para evitar o cumprimento de tal decisão arbitrária. O que demonstra que Hicheur contava com a admiração e respeito da universidade que o acolheu. A decisão do ministro do governo golpista refletiu o servilismo diante do imperialismo.

Depois desse acontecimento, Alexandre de Moraes fez o anúncio de que a PF havia descoberto dez terroristas brasileiros, que ameaçavam as Olimpíadas. E qual foi a prova? Nenhuma! Seu crime foi o de terem frequentado o site do Estado

Islâmico, organização jihadista que usa o método terrorista de combate. O caso do funileiro, Vitor Barbosa Magalhães, de 23 anos, pai de dois filhos, é a comprovação da arbitrariedade e da estupidez do governo golpista de Temer. Para atender ao imperialismo, inventaram a existência de uma célula terrorista do Estado Islâmico no Brasil.

Aqui não temos ações terroristas como na França, Bélgica, Estados Unidos, etc., uma vez que o País não é imperialista – é nação semicolonial oprimida. Tudo se faz para ocultar que os atentados terroristas são uma resposta à intervenção militar das potências no Oriente Médio e na África. Os massacres promovidos pelos bombardeiros da coligação imperialista dos Estados Unidos, França, Inglaterra, etc., com apoio de nações oprimidas como Arábia Saudita, Egito, Turquia, etc., resultam da necessidade do imperialismo manter regiões inteiras sob o atraso econômico-social e o saque de suas riquezas naturais. Os jihadistas não veem motivo para promover o terrorismo em nosso território. Mas, se o Brasil se alinhar à política intervencionista e de guerra das potências, certamente poderá dar motivos para os atentados.

A Lei Antiterrorismo atendeu às exigências dos Estados Unidos e da Europa imperialista. Não é uma expressão concreta das necessidades da burguesia brasileira. O Estado brasileiro já é um Estado policial. A medida serviu como gesto de alinhamento do Brasil aos interesses mundiais das potências. A prisão de dez suspeitos de “atos preparatórios” foi exposta como resultado da aplicação da Lei Antiterrorismo. A publicidade armada pelo ministro da Justiça se dirigiu aos Estados Unidos, França e demais potências como um gesto de quem diz: “estamos fazendo o que nos mandam”.

A classe operária, os demais oprimidos e a juventude devem rechaçar o servilismo do governo golpista e da burguesia brasileira. Devem levantar a bandeira de fim do intervencionismo imperialista no Oriente Médio e de autodeterminação das nações oprimidas. Condenamos a deportação do físico Adélène Hicheur! Fim das arbitrárias prisões dos dez brasileiros acusados de terroristas!

Adquira com o distribuidor de Massas:

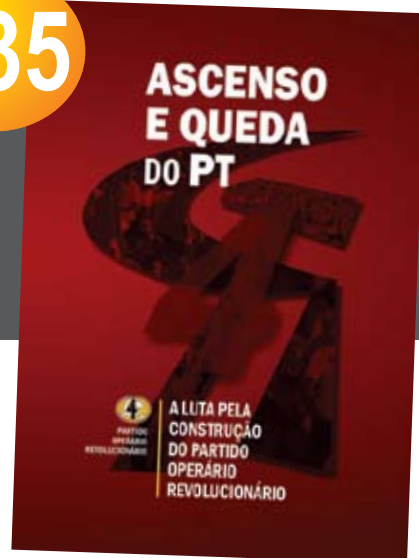
ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro contém parte substancial da história do PT, de sua ascensão e queda. O mais importante, porém, se encontra na luta dos marxista-leninista-trotskistas em torno da formação do partido revolucionário.

O livro *Ascensão e Queda do PT* é a prova viva do trabalho sistemático de elaboração do programa da revolução proletária.

R\$ 35



Ceará

Heroica greve dos professores da rede estadual de ensino do estado do Ceará

A greve dos professores do estado contra o reajuste zero do governo Camilo Santana/PT completou 88 dias. Assim que iniciou, o governo entrou na justiça solicitando punição aos professores e ao Sindicato APEOC, com multas diárias de R\$ 5.000,00 por professor, e R\$ 15.000,00 para a entidade sindical. No entanto, em razão da disputa interburguesa no estado, a desembargadora Helena Lúcia negou o pedido do governador. Mas o governo estadual entrou, no dia 06 de maio, com novo pedido. Daí a decisão do desembargador Durval Aires Filho, do TJCE, de conceder liminar favorável ao governo. O TJCE determinou a suspensão da greve e retorno dos professores às atividades em até 72 horas, sob pena de multa de R\$ 3 mil por dia ao sindicato. Mas a categoria não recuou diante da repressão judicial. No decorrer deste período, começaram as ameaças de corte do ponto, não assinatura das progressões e ampliações.

A greve foi decretada contra a vontade da direção da APEOC/PT/PC do B que fez corpo mole em organizar um combate consequente ao governo Camilo/PT. E agora procura desesperadamente uma negociação com o governo do estado, sem a presença do comando de greve eleito pelos zonais (região de Fortaleza e macrorregiões do estado), ou seja, da base. Além disso, a diretoria do sindicato, na tentativa de encontrar apoio em um pequeno setor (chamado de convergentes com as posições do sindicato) da categoria, cansado pela demora da greve,

tem se inclinado a rebaixar o índice como sinalização de garantia de que o governo irá pagar.

Os setores que fazem oposição à direção da APEOC (ex-militantes do PSTU, PSOL, NOS, ORL e POR), não levantaram a bandeira da efetivação dos professores de contrato temporário. No início, o NOS admitiu a bandeira da efetivação, mas depois a abandonou. A Corrente Proletária na Educação/POR (CPE/POR) manteve firme e bem no alto a posição de que os professores e trabalhadores terceirizados das escolas deviam ser imediatamente efetivados e rechaçou o concurso público e o critério de tempo de serviço que serviam para demitir quem já trabalhava.

A CPE/POR vem colocando abertamente a necessidade da radicalização da greve para derrotar a intransigência do governo Camilo. Luta para manter a greve em agosto, ganhar as ruas e impor bloqueios. É preciso derrotar o ajuste fiscal. A crise econômica do capitalismo serve de justificativa para os governos e os capitalistas afirmarem que não têm mais como assegurar nem sequer o reajuste miserável dos salários. Por isso a luta dos explorados deve ser política e econômica. Dizemos: não pagaremos a desintegração do capitalismo com mais pobreza e miséria! Lutamos por nossas vidas, para destruir o sistema capitalista e construir a sociedade socialista por meio da revolução proletária (ditadura do proletariado).

O que foram as ocupações de escolas no estado do Ceará

Desde o final de abril, quando os professores da rede estadual de ensino entraram em greve, os estudantes têm realizado ocupações de escolas em vários municípios do estado. Além de Fortaleza, Maracanaú, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Acaraú, Iguatu, Caucaia e Pindoretama tiveram ocupações estudantis. A juventude se mobilizou não apenas em apoio à greve dos professores, mas desenvolveu uma pauta própria de reivindicações: aumento da verba para merenda escolar (hoje de apenas 31 centavos por aluno/dia); revogação da portaria 1169/15; passe livre; aumento de verbas para projetos pedagógicos e culturais e principalmente reforma geral dos prédios escolares, que estão sucateados.

Pela primeira vez, o movimento estudantil do Ceará, que conta com uma rica tradição de lutas passadas, recorre às ocupações. Sem dúvida, as experiências de outros estados como São Paulo, Goiás, etc. contaram bastante. As ocupações são parte do método da 'ação direta' e levaram os estudantes a se apoderarem das escolas impondo o controle estudantil. Chocaram-se frontalmente não apenas com as direções de escolas (em geral vendidas ao governo) mas igualmente com a Secretaria de Educação. Em maio, o governador Camilo Santana chegou a anunciar um pacote de



R\$ 140 milhões em investimentos na educação. A resposta foi um reconhecimento à força do movimento estudantil que ainda evoluiria para um pico de 70 escolas ocupadas. Na ocasião, nem professores nem alunos engoliram a manobra do governo e a greve de professores junto com as ocupações continuaram. Desde então, já se passaram três meses de paralisação/ocupações com os professores e estudantes tendo de entrar no mês de férias – julho – com a manutenção da luta.

Os sinais de cansaço são agora mais evidentes do que nunca. A resistência estudantil, passado tanto tempo, começou a perder força. Algumas escolas já desocuparam e outras várias encontram-se em processo de desocupação. O controle dos prédios escolares foi forte o bastante para arrancar recursos do governo que agora começam a chegar nas escolas, mas não o suficiente para conquistar o conjunto da pauta. As manifestações isoladas e por bairros, a falta de unidade do movimento, que agia atomizado tomando decisões por escola, a incapacidade das assembleias estudantis de unificarem a luta e criar um calendário único de mobilizações de rua, não jogaram a favor da vitória geral dos estudantes. A influência anarquista foi decisiva para esse quadro de fragmentação, que atingiu a maioria das escolas e jogava contra toda ação unitária e centralizada.

O POR trabalhou pela solidariedade aos ocupantes. Aju-

dou materialmente e no limite de suas forças a estes em várias escolas, lutou pela centralização das lutas, por um calendário unificado e pelo fortalecimento da assembleia estudantil. Certamente cometeu erros, o que reforça a necessidade da construção de quadros revolucionários capazes de penetrar com vigor no movimento estudantil e soldá-lo às ideias revolucionárias.

As lições do movimento de ocupações precisam ser devidamente assimiladas. Os estudantes precisam sair das ocupações dispostos a construir grêmios combativos e independentes dos governos burgueses. A elevação da consciência política e a construção de uma única entidade estudantil estadual são lutas que virão pela frente. Os revolucionários marxistas-leninistas-trotskistas, que têm se potenciado com esta vigorosa experiência, estarão, sem dúvida, nas primeiras fileiras destes próximos combates.

Depois do acordo, Alckmin aprovou o Plano Estadual de Educação

Um acordo entre governo, representantes de sindicatos, entidades estudantis, acadêmicos e ONGs pôs fim a um longo período (2003-2016) de reuniões sobre o Plano Estadual de Educação (PEE). Por meio da Lei nº 16.279, o Diário Oficial de 16 de junho deu ciência ao PEE.

Alckmin cantou vitória. Disse que o PEE é um documento “elaborado coletivamente”. Tem toda razão. A presidente da Apeoesp disse: “É importante registrar que o Plano Estadual de Educação sancionado pelo governador incorporou avanços importantes, resultados da luta que a APEOESP, os estudantes, o Fórum Estadual de Educação e outros setores empreenderam junto aos deputados estaduais e ao governo do Estado”. Um acordão com cerca de 70 entidades, que inclui os sindicatos da educação e as organizações estudantis (UPES, UEE) selou o compromisso da educação no estado, no momento de profunda precarização do trabalho e pauperização dos trabalhadores da educação.

PEE é um desdobramento do Plano Nacional de Educação

O PEE reproduz o Plano Nacional de Educação, aprovado no governo Dilma/PT. O que mostra que tanto o PT quanto o PSDB, em última instância, defendem as mesmas diretrizes para educação. Como diz o governo: “O documento foi criado em consonância com o Plano Nacional de Educação, de 2014, que definiu as normas e metas para o plano estaduais e municipais, além da metodologia de participação democrática a ser usada nesse processo”.

Na essência, os planos de educação visam a aperfeiçoar a coexistência entre o ensino público com o privado. Não há um sinal de defesa da estatização do sistema escolar. Não há uma linha contra as parcerias público-privadas, as terceirizações e em favor do acesso da juventude a todos os níveis educacionais. Ao contrário, para justificar a incapacidade do estado de garantir o acesso dos jovens à escola, a representante da secre-

taria da educação afirma: “Sabemos que há um grande número de jovens nessa idade (15-17 anos) fora da escola. São mais de 1,5 milhão de pessoas em todo o Brasil. Isso ocorre porque essa população resiste a frequentar a escola e precisa ser estimulada a voltar a estudar”. Essa é a visão de Alckmin em relação aos jovens. Trata-os como irresponsáveis e vagabundos. Mas, na verdade, isso serve para acobertar o fechamento de salas de aulas e extinção dos cursos noturnos.

O PEE manteve a meta que era combatida, em palavras, pela Apeoesp e pelos parlamentares do PT, PCdoB e PSOL. A que se

Prevalecem a posição do PSDB de subsidiar os cursos oferecidos pelas universidades privadas e a concepção de que o ensino deve ser a distância. Reforça a política de meritocracia, corrida atrás de cursos para “subir na carreira”, prática que é abominada pela parcela mais consciente de professores. E remodelou a meta que trata da “valorização dos educadores do ensino básico”.

refere “à formação continuada”, que continuará sendo realizada pela Escola de Formação de Professores e por 26 instituições do ensino superior, por meio do ensino a distância. Portanto, prevalecem a posição do PSDB de subsidiar os cursos oferecidos pelas universidades privadas e a concepção de que o ensino deve ser a distância. Reforça a política de meritocracia, corrida atrás de cursos para “subir na carreira”, prática que é abominada pela parcela mais consciente de professores. E remodelou a meta que trata da “valorização dos educadores do ensino básico”. Diz a meta que, em 6 anos, os professores deverão “ter o seu rendimento médio equiparado ao dos

demaís profissionais do mercado com formação equivalente”. Pura demagogia! Há dois anos que o magistério não vê a cor do reajuste salarial. E, nos 24 anos do governo do PSDB, o poder de compra dos salários foi reduzido para metade.

O governo precisava da aprovação do PEE, condição imposta pelo PNE. Prolongou o quanto pôde e aproveitou a desmobilização geral dos professores e estudantes para aprová-lo. É claro que o enxerto será letra morta. O que valerá é o que já está em curso: precarização, fechamento de salas, cursos e escolas, terceirização, expansão das parcerias público-privadas e pauperização das condições de existência dos trabalhadores da educação.

O acordo é consequência da conciliação de classes

Não vamos nos referir as outras entidades sindicais, porque a maioria é pró-PSDB e contra as mobilizações dos professores. Não vamos falar da UPES e UEE porque são quase fantasmas. Só aparecem quando os estudantes já ocuparam as escolas e já ganharam as ruas, como ocorreu o ano passado. Vamos nos ater a Apeoesp por estar vinculada à luta dos professores.

A diretoria da Apeoesp (quase a totalidade) defendeu o PNE do governo do PT. Tem a concepção do PNE como uma política de Estado e não de governo ou de partidos que estão no poder. Procurou, assim, a ilusão em uma parcela do professorado de que é possível um Plano de Educação oposto ao do governo do PSDB e que seja mais duradouro. Elaborou um Plano alternativo e passou negociá-lo com os deputados. O governo, por sua vez, acabou aceitando uma ou outra proposta. Para o governo, pouco importa se o PEE ou o PNE vai ser para o seu mandato, ou não. O que importa é que o Plano Educacional tem de estar de acordo com a política de Estado para a educação, que tem como diretriz as orientações privatizantes do FMI, do Banco Mundial e dos capitalistas do ensino.

O grave dessa política é acreditar que um Plano de Educação submetido ao Estado burguês está em favor dos interesses da maioria explorada.

A direção da Apeoesp, para levar a cabo as emendas ao PEE, pôs fim à campanha salarial do primeiro semestre. Pretendia que os professores servissem de público para as negociações das emendas na Assembleia Legislativa. Como não houve a presença massiva, reuniu um punhado de aposentados e representantes de subsele para fazer valer as tais emendas. Contou com a direção da UPES e UEE para as audiências públicas e para a caça de deputados. Está aí a política de conciliação de classes. Quem saiu vitorioso foi o governo Alckmin.

A nota elogiando o PEE foi encerrada melancolicamente com os dizeres: *“Estamos conscientes, entretanto, de que sua efetivação dependerá muito da nossa capacidade de mobilização e de pressão para que as metas e estratégias ali previstas não se tornem letra morta”*.

O PEE é uma farsa

Defender as reivindicações com os métodos próprios dos explorados

A educação vive uma profunda crise, agravada com a situação econômica que se vive no Brasil. Os governos há muito vêm cortando recursos da educação pública e favorecendo a sua privatização e desnacionalização. Os Planos de Educação são a materialização de um ensino decadente. As chamadas “metas”, quando aparentemente favorecem os explorados, são letras mortas. Estão submetidas a Lei de Responsabilidade Fiscal, a DRU e ao fraudulento orçamento.

A tarefa dos trabalhadores da educação e dos estudantes é rejeitá-lo integralmente por manter a educação pública submetida aos interesses capitalistas. É combater a política de conciliação de classes das entidades sindicais e estudantis, que favoreceram a aprovação do PEE de Alckmin. E preparar a luta pelas reivindicações que unificam os explorados. Entre elas, destacamos:

- 1) Por um único sistema de ensino, gratuito, estatal, laico e vinculado à produção social. Essa bandeira implica a expropriação, sem indenização, de todo ensino privado. Implica colocar a educação sob o controle de quem trabalha e estuda. Implica eliminar das escolas a educação obscurantista, proveniente da religião. E implica estabelecer o elo da escola científica, resultante da combinação da educação com a produção social. Trata-se de uma reivindicação democrática porque garante o acesso a todos, incluindo no ensino superior;
- 2) Pelo piso salarial equivalente ao salário mínimo vital e pela escala móvel de reajuste. Que nenhum trabalhador da educação receba menos de R\$ 4600,00.
- 3) Reposição das perdas salariais;
- 4) Redução da jornada de trabalho sem redução salarial;
- 5) Pelo fim de todas as leis que dividem o professorado, entre elas a prova de mérito, o estágio probatório, as diferentes formas de contratos (efetivos, O, F), os salários diferenciados, etc. Estabilidade a todos os professores contratados;
- 6) Abertura de todas as salas fechadas. Redução do número de alunos por sala (no máximo 25);

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

R\$ 30

O livro editado pelo POR reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Funcionários encerram greve na USP sem ter os dias cortados pagos

No último dia 18/07, os funcionários da USP decidiram pelo fim da greve. Depois de procurarem o Tribunal do Trabalho, e terem suas demandas recusadas, votaram por encerrar a paralisação. Os cortes de ponto chegaram ao seu terceiro mês consecutivo, o ataque ao salário é a maior violência que pode ser feita contra o assalariado, que tem nela a sua única fonte para sua sobrevivência e de sua família. Sem salário, parte dos trabalhadores anunciava individualmente sua volta ao trabalho, o que já vinha se realizando em algumas unidades desde o final do mês de junho. Na defesa do fim de greve, anunciou-se que se recuava por causa dos novos cortes de ponto.

Diante do enfraquecimento da greve, a direção do sindicato levou o movimento para a via judicial: pela primeira vez, entrou na Justiça contra a USP, exigindo o pagamento dos dias parados e julgamento do dissídio. Acreditou que o juiz agiria como na greve de 2014, em que obrigou a USP a conceder um reajuste de 5,22% parcelado, contra o congelamento oferecido pela reitoria. Mas o desvio da luta para o tribunal se revelou um erro que foi fatal para a greve. Com a judicialização, só poderiam haver dois caminhos: ou o juiz mandava pagar os dias parados e o retorno ao trabalho sem as reivindicações atendidas, ou pode ainda julgar a greve ilegal e mandar a USP não pagar nada, novamente com a imposição do retorno ao trabalho. Além disso, alimenta as ilusões na via legal em detrimento da ação direta. Uma vez a greve esgotada, se poderia defender a volta ao trabalho de forma organizada e independente. Mas a ida à Justiça durante a greve comprometeu essa via, abriu caminho para a volta desorganizada e alimentou ilusões nas instituições da burguesia. Encerrado o movimento, a via judicial poderia ou não ser utilizada.

Estudantes sofrem com as direções seguidistas

A assembleia estudantil do final de junho decidiu convocar uma outra no dia 13 de julho, contra a vontade da direção do DCE (PSol – MES e RUA – e PCB), que defendeu seguir o calendário dos professores (“suspensão” da greve até 4 de agosto). Nessa assembleia, enviou apenas 5 diretores, quase que uma comissão de representação. No comando de greve a seguir, piorou: enviou um único representante. Um boicote às instâncias de base do movimento, uma sabotagem da greve.

Logo após a assembleia de funcionários decidir pela volta ao trabalho, o MRT defendeu no comando de greve estudantil que se antecipasse a assembleia geral e assim seguir o Sintusp quanto ao fim de greve. Antes, defendeu no ato em frente ao Conselho Universitário que aprovou mais ataques aos trabalhadores e estudantes que não se tentasse inviabilizar a reunião com a ocupação do espaço.

Estão aí exemplos de direções que bloqueiam a luta estudantil. Uma prega a submissão aos professores, outra aos fun-

cionários. Ambas deram as mãos nos momentos mais decisivos da greve para bloquear a ação dos estudantes que pretendiam a ocupação dos blocos K e L para retomá-los à moradia dos estudantes.

Novos ataques provam a ofensiva da reitoria/governo

As medidas aprovadas no último Conselho Universitário recaem sobre estudantes e trabalhadores e aprofundam as tendências à precarização e privatização da USP. O novo plano de demissões voluntárias atacará principalmente os servidores dos serviços básicos, abrindo espaço para a terceirização. O ingresso pelo Sisu com elevadas notas de corte elitiza ainda mais a USP, e preservam seu racismo. O golpe e intervenção da reitoria na eleição dos representantes discentes é um retrocesso que pune o movimento estudantil e busca que seus RDs sejam legitimadores da política oficialista.

São ataques brutais, que não podem ser escondidos sob o discurso de que vão ser contratados professores. Essas contra-

tações não têm nada a ver com as reivindicações do movimento, são uma articulação entre a reitoria e os diretores de unidades ao redor da preservação do poder e interesses burocráticos. É criminosa a atitude de algumas direções que encerraram a greve ou aprovaram indicativos de fim de greve durante as férias, às costas dos estudantes.

No fim das férias, é preciso denunciar amplamente esses ataques e defender a continuidade da luta estudantil. Pode ser que os estudantes não reajam imediatamente, pois a greve estudantil não foi preparada pelas direções com uma campanha em defesa das reivindicações. Mas é preciso chamá-los a defender a universidade pública

Pelo fim do reitorado e pelo governo tripartite

As muitas reivindicações levantadas pelos estudantes e trabalhadores se chocam contra a reitoria e contra a casta burocrática e privatista. É preciso retomar o caminho da luta estudantil de 2013, pelo fim do reitorado e governo tripartite, somente assim teremos um governo que cumpra as reivindicações aprovadas pelos estudantes e trabalhadores desde as bases.

O caminho para avançar nessa direção é a convocação da assembleia geral universitária, com voto universal, assentada nas assembleias dos três setores nas unidades. Assims e poderá unir as reivindicações e métodos de luta e avançar rumo a um orçamento que atenda às reivindicações, impor a democracia e autonomia universitárias diante dos governos e da burguesia. A condição para isso é a unidade com a classe operária, que está ligada diretamente à produção social e tem a força econômica para derrotar os planos capitalistas contra a USP pública e gratuita.

Paraná

Eleições do DCE 2016 na UEL: reorganização do movimento estudantil para resistir aos ataques do governo e da burocracia universitária

A Corrente Proletária na Educação comporá chapa para disputa das eleições do DCE da UEL neste mês de julho. Através de plenária aberta de estudantes foram formuladas as reivindicações em defesa do ensino público e gratuito, contra os ataques do governo estadual e a Burocracia universitária.

A denúncia da privatização da universidade que se materializa na profusão de cursos pagos e venda de serviços, subordinação das instâncias da universidade aos interesses

econômicos do capital compõem a plataforma da chapa **29 de abril**. Está colocada dessa forma a defesa da autonomia universitária como meio para reagrupar e organizar o movimento estudantil.

A chapa 29 de abril defende a bandeira da autonomia universitária sob governo tripartite, sem reitor, eleito por voto universal e subordinado às assembleias gerais universitárias. Defenderá um movimento autônomo, independente do governo e da reitoria que é o braço do próprio governo.

Rondônia

Braço armado do estado integra grupos de extermínio

Diversos movimentos sociais que atuam no estado de Rondônia, dentre eles a Corrente Proletária da Educação (CPE/POR), têm denunciado os crimes relacionados aos assassinatos de camponeses, lideranças de movimento e segmentos da população pobre.

Inúmeras audiências públicas têm acontecido há vários anos com o mesmo teor de denúncia, mas os problemas só têm se agravado ao longo da história. Veio à tona, em julho de 2016, uma operação da Polícia Federal, denominada de “Operação Mors”, cujo objetivo era desarticular um grupo de extermínio que atuava em Jaru e região e que tem a participação de policiais e integrantes de órgãos de segurança pública. O fato é que o grupo de extermínio é responsável, a partir do ano de 2009, por cerca de 100 homicídios, isso apenas na região de Jaru, parte do Vale do Jamari, região onde camponeses pobres têm procurado, nas terras indicadas pelo INCRA, realizar a reforma agrária, estando ali acampados, tirando o que a terra pode oferecer por meio do cultivo para sustentar suas famílias.

O que agora aparece como uma “novidade” para a PF é a realidade rotineira da população pobre e dos movimentos sociais: o braço armado dos governos municipais e estadual integra os grupos de extermínio, sobretudo, contra os camponeses e seus movimentos. A situação que parece “nova” apenas mostra a violência dos latifundiários, do agronegócio e da burguesia em geral, que atua com os métodos mais violentos para manter o lucro e o capital. Camponeses, operários e demais trabalhadores sofrem com a exploração do trabalho e sofrem a violência, com todos os tipos de armas letais, por lutarem pelas reivindicações vitais e contra a repressão.

A Polícia Federal armou um espetáculo com os mandados de prisão, que envolvem policiais, agentes penitenciários e um jornalista. Isso só veio a aumentar as provas de que os grupos de extermínio fazem parte dos aparatos do estado. E que Rondônia não é diferente dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro,

etc. Como os estados são governados por oligarquias, estas sempre defenderam suas propriedades por meio da violência; quando chegam ao poder do Estado, seja nas prefeituras ou nos governos estaduais, potencializam a proteção da grande propriedade. O que significa o extermínio dos que se insurgem, ainda que de forma frágil e por puro instinto de sobrevivência, como no caso dos camponeses pobres.

O fato é, não é novidade de ninguém, que o estado de Rondônia é um dos mais violentos do Brasil. Têm crescido os assassinatos de camponeses, têm proliferado as ações das milícias armadas pelos latifundiários e têm aumentado o número de lutadores ameaçados de morte. O aparato estatal, que inclui a polícia federal, é violento contra as massas empobrecidas. Está a serviço da proteção da propriedade privada e dos negócios da burguesia. Por isso, não será a Polícia Federal que conterá os grupos de extermínio. O combate à violência do Estado contra os camponeses e demais trabalhadores é tarefa da classe operária. Está aí por que devemos levantar a bandeira de desmantelamento da polícia e dos aparatos repressivos e armamento das massas.

Levantar a bandeira do Tribunal Popular

No último período, no estado de Rondônia, apareceram pichações que lembram o nazifascismo. As pichações trazem a suástica e são ilustradas por fuzis. Os crescentes assassinatos e as ameaças de morte fazem parte dessa campanha direitista.

Chamamos a atenção dos explorados do campo e da cidade para não serem ludibriados com as supostas ações da Polícia Federal. Ao contrário, é preciso responder à violência contra os camponeses e demais explorados levantando a bandeira da aliança operária e camponesa, constituindo os comitês de autodefesa, realizando as assembleias operárias e camponesas e defendendo as reivindicações que unificam a maioria oprimida. A bandeira contra os crimes da burguesia é a do Tribunal Popular.

Resposta ao PSol

Caro companheiro Samuel Oliveira,
Coordenador Geral da Pré-campanha a Prefeito
Do pré-candidato Modesto Neto

O fato do Diretório Municipal do PSOL em Angicos/RN, no seu ofício nº 12/2016, dirigir-se a uma célula do POR, em particular a célula de Mossoró, queremos acreditar que se encontra na atitude de reciprocidade política.

Na UFRN, Modesto Neto, já na corrente interna do PSOL Nova Práxis, foi um aliado honesto e franco em suas relações com o POR. Não usou de preconceitos políticos muito menos de julgamentos pejorativos tão comuns em nossos adversários na luta contra a nossa política. Sempre leal e sincero, pautou sua relação na discussão política mesmo quando era evidente a disparidade de ideias. Vale salientar que essa postura política não é privilégio ao POR, o companheiro age assim com todas as organizações de ideias diferentes da sua.

Foi essa relação que justificou o POR continuar com suas relações políticas amigáveis, convidando para atividades em Mossoró como foi o 1º de maio e atividades de debate nos locais onde atuamos nesta cidade.

Todo esse histórico, para nós, é que justifica o Diretório Municipal do PSOL em Angicos solicitar contribuição financeira para a candidatura de Modesto Neto e a contribuição política para suas propostas de campanha.

Em primeiro lugar, gostaríamos de deixar registrado o quanto é importante a postura política da candidatura de afirmar a necessidade do autofinanciamento pelos trabalhadores. É extremamente importante e pode traçar um divisor de águas fundamental dentro do PSOL, reafirmar a negação de aceitar contribuições financeiras de empresas e empresários, constituindo uma candidatura de independência de classe ao afirmar compromissos com os trabalhadores e negando-se a compromissos com os capitalistas e seus governos. Isso não é pouca coisa, inclusive e principalmente, em se tratando de uma candidatura dentro dos marcos do PSOL.

Entretanto, a postura classista do autofinanciamento da candidatura pelos trabalhadores está em contradição com a organização política de que faz parte o nosso companheiro Modesto Neto. Expressa essa contradição quando o convite refere-se a “engrenar uma agenda popular de profundas mudanças para a

cidade, com desenvolvimento econômico e social, sustentável e inclusivo”. Portanto, não se refere a revolução social no caminho do comunismo. Nenhuma palavra nessa direção.

A ideia de um desenvolvimento econômico e social, sustentável e inclusivo encontra-se dentro dos marcos do capitalismo e pretende, no fundo, humanizá-lo. Não é possível um desenvolvimento econômico e social no capitalismo ao mesmo tempo, porque o desenvolvimento econômico do capitalismo é a destruição social da vida dos explorados. No capitalismo, o desenvolvimento não pode ser sustentável, porque necessita da destruição da natureza em prol do lucro. Torná-lo racional e razoável é uma utopia irrealizável diante de um sistema que não se detém em nenhum modo em sua busca insaciável e inescrupulosa em prol dos lucros da burguesia. Já a inclusão é uma ilusão reformista que contrasta com o capitalismo, necessariamente, devido à extração da mais-valia, excludente. A contradição fundamental do capitalismo, nos ensinam os textos de Marx, está justamente na realização da riqueza para a minoria e miséria para as massas devido à apropriação individual da riqueza produzida socialmente (coletivamente).

É esse motivo que a proposta estratégica do convite encontra-se na defesa de “uma cidade dirigida pelo povo”. O termo povo é um conceito genérico que, em grosso modo, inclui todas as classes sociais. Os marxistas devem negar-se a utilizar esse conceito impreciso e trabalhar com os conceitos de classes sociais. Nós do POR defendemos um governo operário-camponês que expressa a estratégia de poder saída da insurreição das massas em sua ação direta de destruição da burguesia enquanto classe.

Nesse sentido, companheiros, não podemos de modo algum contribuir financeiramente com a pré-candidatura de Modesto Neto do PSOL de Angicos. Desse mesmo modo, como as finanças e a política para nós andam juntas, não podemos contribuir com propostas para sua campanha política enviando por endereço eletrônico.

De todo modo, achamos importante enviar a resposta por escrito e dar-lhe publicidade, como forma de tratar respeitosa e com franqueza, companheiro a quem nós temos tanto apreço político.

Atenciosamente,

POR- Regional do RN.



“Escola Sem Partido”- mais um ataque à liberdade de manifestação e expressão

Está tramitando no Senado o PLS 193/2016, de autoria do senador Magno Malta, o projeto “Escola sem Partido”. Este projeto, que afirma em seu escopo geral uma suposta neutralidade da educação, já foi transformado em lei em Alagoas e tramita também em outros estados. O primeiro artigo define sete diretrizes, dentre as quais vale a pena citar três: *“neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”, “reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado” e “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções”*.

A neutralidade da educação é uma falácia. Mais do que isso, essa ideia há muito virou velharia de museu, criticada inclusive por intelectuais da própria burguesia. Os proponentes do programa (coordenador Miguel Nagib) sabem muito bem disso, mas dissimulam o projeto e o discurso para varrer das salas de aula o que chamam de “doutrinação ideológica de esquerda”. Em outras palavras, o mote da neutralidade não passa de cinismo, o que se pretende é pôr em pé uma legislação para reprimir os professores lutadores. O que se pretende é derrotar a resistência que tem se erguido contra os ataques dos governos.

A educação, como parte da superestrutura, é condicionada pelas relações de produção, no caso, as relações capitalistas. De fato, a reprodução do sistema conta com os dispositivos educacionais. Daí a escola ser reprodutora de conteúdo, meritocrática, disciplinadora e castradora das faculdades físicas e intelectuais. É uma escola que desvincula os conhecimentos teóricos (mundo escolar) dos conhecimentos técnicos (mundo do trabalho). A separação entre teoria e prática é uma expressão do divórcio criado pelo capitalismo entre trabalho intelectual e manual, entre os que pensam e os que fazem.

Por assumir esse conteúdo, a realidade escolar é marcada por conflitos. Os estudantes não reconhecem utilidade alguma na escola, a solução para seus problemas reais passa longe dela. A juventude reage instintivamente contra ela, agindo violentamente entre si, diante dos professores e funcionários e até contra o próprio espaço físico. Não podem manifestar seu ódio de forma consciente, politizada, pois não encontram referência política nas entidades estudantis burocratizadas, completamente distantes do dia-a-dia das escolas. Os trabalhadores em educação também resistem. A diferença é que, apesar de suas entidades também serem dominadas por burocracias, os sindicatos acabam servindo de instrumento de organização coletiva. Assim surgem as greves e demais formas de luta.

Mesmo constituindo em instrumento de dominação, a classe dominante e seu Estado não podem impedir que as contradições venham à tona. A burguesia, contudo, não pode deixar brechas para qualquer tipo de discurso político contrário ao seu. Precisa apertar o cerco com mais repressão. O projeto de lei “Escola Sem Partido” se apoia numa pseudoneutralidade para, no fundo, combater a militância de esquerda que resiste desde o chão de escola.

Por que “pseudoneutralidade”? Pois a relação sujeito-objeto que se estabelece na investigação científica sempre é mediada pelos interesses do pesquisador, que é historicamente determinado, possui suas próprias convicções. Por mais que tente afastar suas observações de suas paixões, não o consegue jamais, pois deve necessariamente articular conceitos e conhecimentos que são dados a ele socialmente. A contribuição do marxismo nesse campo foi identificar as raízes de classe dos interesses individuais. A ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. A autonomia do pensamento é apenas relativa, na medida em que é condicionada em última instância pela realidade material, pela economia. O ser determina o pensamento, e não o contrário.

Em seu texto, o projeto deixa claro que é através da *“tentativa de formação crítica que os professores inculcam nos estudantes uma doutrinação ideológica”*. O que se omite é que a tal “doutrinação ideológica” que incomoda é a de esquerda. Nenhum parlamentar da burguesia se insurgiria caso o conteúdo fosse outro. E aqui se encontra outro problema. A verdade é que a imensa maioria dos professores se mostra indiferente à política, quando não se revela abertamente reacionária. Os professores e estudantes que pensam e atuam mais à esquerda são minoria.

O superdimensionamento desse setor (fala-se em “exército de militantes”) serve para aprovar a lei da mordaza. Isso porque o Estado sabe que, apesar de ser minoria, são esses os que servem de canal de mobilização quando as condições objetivas de destruição do ensino se agravam e exigem resposta política. Isto é, há momentos em que a maioria segue a sua vanguarda na luta. É essa vanguarda que será golpeada pelo projeto. Porém, como toda lei discricionária, é perfeitamente possível apontar que não atingirá somente a vanguarda. Colocada em funcionamento, recairá sobre o conjunto dos trabalhadores, complementando os mecanismos de repressão que já existem.

O objetivo de quebrar a resistência aos planos gerais da burguesia não significa que não existam interesses particulares, de setores da classe dominante. A bancada evangélica tem um peso extraordinário na promoção desse projeto. A seguinte passagem demonstra isso: *“É fato notório que professores e autores de livros didáticos têm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis”*. Como se vê, tenta-se impor certos valores (onde está a neutralidade?), no caso, os da “família”, ignorando que tais valores não estão soltos no ar, possuem uma raiz de classe e respondem a interesses determinados.

A ideia de “vulnerabilidade do educando” se desmancha diante do mesmo argumento. O que se considera como “vulnerabilidade” dos jovens nada mais é que a sua condição de formação intelectual, que não é absoluta (o adulto também é suscetível a mudar de opinião). O projeto é descabido nesse

sentido, porque a criança e o adolescente não são permeáveis somente às ideologias de esquerda, que são alvo do projeto. Estão inseridas na realidade e são submetidas a toda ofensiva ideológica que advém de várias instituições, como a mídia, as igrejas etc. Vale a pena repetir: a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante.

O projeto utiliza um jogo sujo de palavras e interpretações de outras leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases, para justificar seus disparates. Usa a palavra “exploração” (contida no ECA) para inventar uma possível “exploração política”. Eis: *“Sendo assim, não há dúvida de que os estudantes que se encontram em tal situação estão sendo manipulados e explorados politicamente, o que ofende o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o qual ‘nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de exploração’”*. Quanta hipocrisia! Que condição tem a classe dominante para falar em exploração, de qualquer forma que seja?

O que os proponentes do projeto não dão conta de explicar? Eles não explicam a razão para os militantes terem alguma ascendência sobre uma camada de estudantes (também de professores), apesar de serem poucos. A explicação está em que são as condições concretas que impulsionam os estudantes para a crítica do mundo em que vivem. Não são os discursos em sala de aula o que os motiva. Pelo contrário, o currículo oficial é castrador. É a pobreza, a fome, a violência policial nas periferias, a violência da própria escola e a falta de trabalho que mostram para os estudantes que o mundo em que vivem não tem espaço para eles. E é justamente esse o papel da ideologia da classe dominante: ocultar as raízes sociais da barbárie.

Hoje, 85% dos estudantes do Brasil estão nas escolas públicas e a imensa maioria destas escolas existe sob condições precárias, com professores mal pagos (basta lembrar que o

salário do professor é hoje o mais baixo entre todos aqueles que possuem nível superior), sem qualquer perspectiva de emancipação dos estudantes. Não há condições para ensinar nem para aprender. Desse modo, fica claro que não é necessária nenhuma “doutrinação ideológica de esquerda” para que os estudantes se revoltam instintivamente contra o sistema.

É o que testemunham os dois movimentos, de estudantes e de professores, no ano passado. No primeiro semestre, foi a vez de várias greves docentes, a exemplo da mobilização dos

estaduais de São Paulo, a qual durou 92 dias. Depois vieram as ocupações de mais de 200 escolas em São Paulo (movimento que repercutiu em outros estados, como Goiás, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), quando os estudantes mostraram sua insatisfação com um sistema educacional falido. E, o que é mais importante: se os professores quiserem impedir a aprovação do projeto “Escola sem Partido”, terão

de recorrer ao mesmo método. Terão de retomar o caminho da luta massiva e unitária e enfrentar o Estado. E terão de fazer isso nacionalmente.

A escola que existe sob o sistema capitalista é uma farsa, não serve aos interesses dos trabalhadores e seus filhos. Está completamente desvinculada da produção social e precisa ser radicalmente transformada. Contudo, esta transformação não se dará por dentro da escola e muito menos de projetos impostos pelos governos burgueses. A tarefa do movimento deve ser a de ligar o combate pelas reivindicações mais sentidas à luta pelo objetivo estratégico de destruição da raiz desses mesmos problemas, que se encontra no sistema de opressão e exploração em que vivemos, o capitalismo. Nessa trajetória, os oprimidos não poderão abrir mão de suas liberdades democráticas. Não poderão permitir o avanço da repressão.

Abaixo o projeto “Escola Sem Partido”!

Professora é punida por falar de KARL MARX

Não foram poucos os comentários por parte da imprensa burguesa condenando o vídeo publicado em rede social sobre a professora Gabriela, que trabalha no Colégio Estadual Profª Maria Gai Grendel, em Curitiba. O vídeo mostra o trabalho de sociologia de seus alunos do 1º ano do Ensino Médio. Baseado em extratos do pensamento de Marx, os alunos fizeram uma música (um funk), com o nome “baile da favela”. Que diz: *“Os burgueses não moram na favela! Estão nas empresas explorando a galera! E os proletários, o salário é uma miséria! Essa é a mais-valia, vamos acabar com ela”*.

Após a divulgação do vídeo, a professora Gabriela foi afastada pela direção do colégio, alegando exposição dos alunos e difamação da instituição. Os alunos não aceitaram a punição da professora. Organizaram um movimento pedindo o seu retorno. Um dos alunos disse: “O que ela fez de errado em ensinar a realidade para nós?” A professora ficou surpresa com tamanha repressão no exercício da profissão. Disse: sou professora de sociologia e incentivo os alunos a ler os teóricos, como Émile Durkheim, Karl Marx, Erving Goffman, entre ou-

tros autores previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Mas, o problema estava no conteúdo da música, que fazia alusão a uma colocação de Marx.

Em resposta, durante o intervalo das aulas, os alunos cantaram o funk e gritaram a palavra de ordem: “volta Gabi”. Os funcionários foram orientados para arrancar os celulares dos alunos. A diretora do colégio chamou a polícia.

Esse relato expressa a campanha burguesa que se armou em torno da aprovação do PL “Escola sem Partido”. Os diretores (gestores como são chamados) estão orientados a chamar a polícia para conter o descontentamento dos alunos. A invasão da polícia nas escolas para reprimir os estudantes tem sido frequente. As punições aos professores também têm sido cotidianas, a exemplo do que ocorre com os comandos de greve. Agora, o governo intervém sobre o conteúdo das aulas. Quer que os professores sejam simplesmente correia de transmissão da ideologia burguesa. Quer que os professores domesticuem os filhos dos trabalhadores de acordo com o ordenamento burguês.

Ocorre que os estudantes têm se manifestado contra a escola repressiva e contra a política dos governantes de fechamento e de imposição da “neutralidade” do que se ensina. Por isso, os governantes agem violentamente para eliminar as noções elementares do marxismo. A burguesia sabe que a ciência marxista quando assimilada pela classe operária e pela juventude oprimida potencializará a ação do partido revolucionário, que tem como estratégia o fim do capitalismo e a instauração do socialismo.

A punição da professora e a repressão aos estudantes fazem parte da ofensiva para impor os Projetos e Programas da “Escola sem Partido”. É o que ocorre no estado de Alagoas, com o “Projeto Escola Livre”, aprovado em novembro de 2015. Foi o primeiro a trazer a lei que pune professores em sala de aula. Na Câmara de Deputados, está o PL 1411/2015, apresentado pelo deputado Rogério Marinho (PSDB/RN). No Senado, está o PLS 193/2016, apresentado pelo Magno Malta. Todos punem os professores pelo crime de “assédio ideológico” em sala de aula, prevendo penas de até um ano de prisão, além de multas.

Derrubá-los com os métodos da ação direta

Surgiu um movimento em algumas universidades

e por uma parcela de intelectuais contra a “Escola sem Partido”. Formou-se no Rio de Janeiro uma Frente Nacional por educadores, sindicatos e estudantes contra tais projetos. Acadêmicos têm publicado artigos dizendo que “Escola sem Partido é escola sem pátio, sem ideologia, sem diversidade, sem vida”. Certamente, fazem pressão contra tamanho retrocesso político-ideológico. Porém, estão limitados a chamada pressão parlamentar, que visa a colher assinaturas contra o PL. É o que expressa Glauber Braga (PSol-RJ) na defesa da criação de uma frente parlamentar.

É evidente que esse caminho não levará à derrota desses projetos repressivos. É preciso, sim, de uma frente única de combate a essa ofensiva governamental, apoiada nas assembleias de professores e estudantes, que seja capaz de unificar as reivindicações dos explorados com a luta contra a repressão. A “Escola sem Partido” e o fim das punições serão derrubados pela ação coletiva. Não é um problema unicamente da escola, mas sim da classe operária e demais oprimidos. É na luta contra esses projetos repressivos que uma parcela de professores e estudantes assimilarão a defesa de um único sistema de ensino, público, gratuito, laico e sob o controle de quem estuda e trabalha.

O amor sexual na história da formação das Internacionais operárias

Os marxistas partiram sempre do princípio de que vida sexual diz respeito apenas aos envolvidos. De forma que os revolucionários prescindem de ditar normas, princípios ou uma especial teoria sobre qual o caráter e a forma do amor sexual mais adequado às pessoas e sociedades humanas.

Os marxistas demonstraram, por outro lado, que as noções ideológicas que determinam quais os comportamentos sexuais considerados os únicos “naturais” ou “normais”, são produto de um processo histórico e de determinações econômicas concretas. Na sua base, acha-se a família individual burguesa e o amor sexual heterossexual que servem de veículos à reprodução das relações sociais baseadas na propriedade e apropriação privadas do excedente econômico pelo homem-proprietário. Está aí porque o programa marxista exige avançar à transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e das tarefas domésticas em tarefas realizadas socialmente para, assim, libertar as relações familiares e a vida sexual das condicionantes que lhe impõem as sociedades de classes.

No entanto, o marxismo teria ainda de passar por lutas intestinas e claras delimitações programáticas contra os contínuos desvios teóricos de correntes, frações e partidos que expressavam as posições idealistas pequeno burguesas ou re-

fletiam revisões antimarxistas à estratégia proletária.

I Internacional: a luta do marxismo contra a pseudoteoria do “amor livre” anarquista

Os anarquistas lutaram no seio da I Internacional por impor suas teorias das “uniões livres” e do “amor livre” como parte fundamental do programa proletário. “Os anarquistas exigem liberdade para tudo, e também para a sexualidade”, afirmara o anarquista italiano Luigi Bertoni, assim como que “a homossexualidade conduz a um sentimento saudável de egoísmo, a que todos os anarquistas deviam ambicionar”. Certamente, Bertoni apenas utiliza o amor sexual homossexual como exemplo da vitória da “livre individualidade” perante as determinações sexuais e morais “impostas” social e coletivamente.

O “amor livre” anarquista se baseava de fato em uma série de atos e práticas individuais à procura da “autoeducação” moral e sexual, abstraindo-os de suas determinações materiais, sociais e históricas. Tratava-se assim de introduzir os germes de novas relações sexuais entre o proletariado e a pequena burguesia e as que, em seu desenvolvimento, chegariam finalmente a romper com o envoltório da família e a moral sexual burguesas. Para os marxistas, ao contrário, a vida íntima era um assunto privado no qual nem o Estado, nem as próprias or-

Os marxistas demonstraram, por outro lado, que as noções ideológicas que determinam quais os comportamentos sexuais considerados os únicos “naturais” ou “normais”, são produto de um processo histórico e de determinações econômicas concretas. Na sua base, acha-se a família individual burguesa e o amor sexual heterossexual que servem de veículos à reprodução das relações sociais baseadas na propriedade e apropriação privadas do excedente econômico pelo homem-proprietário.

ganizações proletárias deveriam ditar normas, princípios, etc.

No entanto, uma vez colocada a polêmica, será a seção norte-americana liderada por Victor Sorge a que combaterá a pseudoteoria do “amor livre” na figura de sua máxima representante: Vitoria Woodhull. Assim, Sorge demonstrará que o “amor livre” anarquista elevava a vida particular ao nível de uma estratégia revolucionária. De forma que o combaterá dizendo que não se tratava da I Internacional “legislar” sobre a vida íntima ou elaborar um programa sobre qual o caráter do amor sexual entre os explorados. Mas fundamentalmente da formação de uma direção mundial capaz de conduzir a luta revolucionária da classe operária contra o capitalismo na base da defesa de seus interesses comuns.

É nesse sentido que luta de Sorge contra Woodhull refletia, em última instância, a luta travada por Marx e Engels contra Proudhon e seu “individualismo anarquista” pequeno burguês que se opunha à ditadura de classe do proletariado. Está aí por que, como afirmara Marx, não poderia haver conciliação entre o “igualitarismo democrático” anarquista e a “ditadura proletária” defendida pelos marxistas.

II Internacional: a luta da Socialdemocracia contra a criminalização dos homossexuais

A luta travada contra a legislação que estabelecia à homossexualidade como “ato criminoso” constitui um marco no combate dos marxistas contra a discriminação. Luta da socialdemocracia alemã contra a punição contra a homossexualidade, no entanto, refletia um processo de avanço à elaboração de obras literárias e científicas que tratavam largamente da homossexualidade. De fato, existiam em fins do século XIX na Alemanha organizações científicas e círculos políticos que demonstraram que os relacionamentos homossexuais existiram em todas as sociedades antigas e modernas. E que o amor sexual homossexual não entranhava desvio biológico ou social, nem fonte de degenerescências físicas e morais.

Essas organizações, dentre as quais se achavam círculos socialdemocratas, passaram se expressar politicamente na luta do Partido Socialdemocrata contra o Artigo N° 175 que punia e criminalizava os “atos homossexuais”. Ferdinand Lassalle afirmou que “a atividade sexual é um assunto de gostos e deve ser a eleição de cada pessoa, sempre e quando não afete aos interesses de outra pessoa”. E August Bebel, em uma intervenção no Reichstag (Parlamento alemão) se oporá ao Artigo N° 175 defendendo o direito dos homossexuais a manifestarem seu amor sexual livremente.

Quando realizado o processo contra Oscar Wilde em 1895, sob a emenda Labouchere (1885), que declarava ilegais às “atividades homossexuais” na Inglaterra, será desta vez Eduard Bernstein (da ala direita da Socialdemocracia Alemã) quem dissera que, “*embora o tema da vida sexual pareça de pouca prioridade para a luta econômica e política (...) não significa que não seja obrigatório achar uma norma para julgar esse aspecto da vida social, uma norma que se baseie em um ponto de vista científico e em conhecimentos, ao invés de conceitos morais mais ou menos arbi-*

trários”. Bernstein rejeitava considerar os homossexuais como “antinaturais” porque, dizia, “*as atitudes morais são fenômenos históricos*”.

III Internacional: Lenin perante os desvios da seção feminina da socialdemocracia alemã

Para Lênin, o amor sexual e a vida íntima eram um assunto de ordem privada. Portanto, não correspondia ao Estado, a sociedade ou sequer aos bolcheviques legislar ou ditarem normas sobre esses assuntos. Como já o fizesse Sorge contra Woodhull, ele também defendeu que o objetivo fundamental do operariado era preparar a revolução e instaurar o socialismo. De forma que combateu com afinco quaisquer desvios teóricos ou políticos que pudessem afastar as massas desse objetivo.

Está aí porque criticou aos exponentes marxistas que, embora aderindo à estratégia bolchevique, continuavam ainda a manifestar os desvios pequeno burgueses combatidos por Sorge na I Internacional. É o que se desprende da entrevista que Lênin realizara com Clara Zetkin, visando a preparar a resolução sobre a tática e os métodos dos partidos comunistas para desenvolver a agitação e propaganda revolucionária entre as mulheres exploradas para III Congresso da III Internacional. Nela, criticará duramente os desvios das mulheres da seção alemã que realizavam cursos permanentes de formação sobre os princípios e fundamentos do “amor sexual livre”, sob a direção da própria Zetkin.

Lênin chega a caracterizar os cursos e seu conteúdo como antimarxistas e antissociais. Eis: “*parece-me que esta superabundância de teorias sobre o sexo brota do desejo de justificar a própria vida sexual anormal ou excessiva do indivíduo ante a moralidade burguesa e reivindicar tolerância para consigo (...) Não importa quão rebeldes e revolucionárias aparentam ser; essas teorias, em última análise, são completamente burguesas... Não há lugar para elas no partido, na consciência de classe e na luta proletária*”. A procura de pseudoteorias para avançar à “libertação sexual” sem antes se compreender que a tarefa histórica colocada era a luta pelo socialismo constituíam, para Lenin, uma perda de tempo e abriam passagem aos desvios teóricos. Está aí por que defenderá de que somente a ditadura do proletariado eliminaria “*mais preconceitos que a montanha de escritos sobre a igualdade feminina*”.

O primeiro Estado operário: marco do avanço à legislação civil e jurídica

A afirmação que acima citamos de Lênin de que somente a ditadura proletária criaria condições para começar a acabar com toda discriminação contra os indivíduos em razão de suas escolhas sexuais, foram amplamente confirmadas com a instauração do primeiro Estado operário do mundo. De fato, uma de suas primeiras medidas foi a de anular as leis czaristas que criminalizavam a homossexualidade.

Segundo Grigori Batkis, diretor do Instituto de Higiene Social de Moscou, “a legislação soviética baseia-se no seguinte

princípio: declara uma total ausência de interferência do estado e da sociedade nos assuntos sexuais, sempre e quando não afetem os interesses de nenhuma outra pessoa". E no que diz "respeito à homossexualidade, sodomia e outras várias formas de gratificação sexual, que na legislação europeia são qualificadas de ofensas à moral pública, a legislação soviética as considera exatamente iguais a qualquer outra forma da chamada relação 'natural'. Qualquer forma de relacionamento sexual é um assunto privado. Somente quando se emprega a força ou a coação e, geralmente, quando se ferem ou lesem os direitos de outra pessoa, existe motivo de perseguição criminal".

No entanto, quando começou se operar um refluxo do movimento do proletariado e da revolução mundiais, voltaram a surgir elaborações teóricas que defendiam, dentro do Estado operário, os pontos de vista do reacionarismo pequeno burguês. É o que se observa na afirmação que dizia que *"a ciência tem estabelecido agora com precisão [que a homossexualidade, NE] não é má vontade ou crime, mas doença"*, de Izrael Gelman, no livro *"A vida sexual da Juventude Contemporânea"*, de 1923. Certamente, tratava-se de um reflexo do avanço da reação burocrática contra o marxismo e da degenerescência interna ao Estado operário e do Partido Comunista. Com o fortalecimento da burocracia como casta parasitária, começou a se restabelecer progressivamente a família individual e seus fundamentos econômicos e sociais, que teriam por objetivo ajudar a manter as diferenciações sociais que surgiram dos privilégios dos quais usufruía a burocracia ao concentrar os palanques do Estado e da economia em suas mãos.

Nota-se, assim, que aos avanços legais e jurídicos que representaram o período de alta revolucionária lhe seguiram um refluxo da revolução mundial e aprofundamento das tendências reacionárias internas à Rússia. Isso explica por que à degenerescência estalinista lhe seguiu o reacionarismo ideológico e um ressurgimento das velhas e de novas pseudoteorias sobre as opressões e as discriminações.

Ao se publicar em 1929 a *Grande Enciclopédia Médica* da Rússia, a homossexualidade constava como "patologia", e em 1933 será abertamente declarada como um "ato criminoso". Nesse mesmo ano, o aborto legal e gratuito, outra grande conquista revolucionária, declarou-se uma "atividade criminoso".

Combater as discriminações com o programa e os métodos da luta de classes

Temos visto como o marxismo combateu em sua história às diversas pseudoteorias sobre a possibilidade de superar a mentalidade atrasada, conservadora e reacionária sobre a discriminação e perseguição contra os homossexuais pelas reformas jurídicas e a educação sob condições normais de dominação de classe. Ocorre que nenhuma sociedade de classes pode, nem poderá cumprir com o princípio democrático de que a vida sexual é um assunto de ordem privada e diz respeito apenas aos envolvidos. A experiência histórica, por outro lado, também já demonstrou que foi somente com a instauração da

ditadura de classe do proletariado, sob a forma do Estado operário e na base da socialização das tarefas domésticas, que se avançou mais longe que qualquer outro Estado burguês em criar as condições para colocar o amor sexual na ordem privada das pessoas.

Mas, também os marxistas não se negaram a lutar contra as perseguições e criminalização contra o amor sexual homossexual no campo das reivindicações democráticas. E combateram contra as discriminações que sofriam os indivíduos pelas forças reacionárias e obscurantistas. Porém, se guiaram pelo princípio da igualdade e pela diretriz histórica da emancipação. Está aí por que a luta contra discriminações e pela igualdade jurídica foi desenvolvida na medida em que levava as classes carentes de direitos civis e sociais elementares ao choque contra o Estado burguês. Mas, fundamentalmente na medida em que levava a organizar a luta coletiva das massas a responder as discriminações e perseguições com o programa que se propõe e coloca acabar com toda forma de opressão.

Sem desconhecer as particularidades que, como tais, deviam ser compreendidas e respondidas por evidenciar a raiz e a base material de toda discriminação, os marxistas respondiam assim às diversas e inúmeras manifestações sociais da opressão de classe com a política e os métodos da luta de classes.

Finalmente, temos visto como o marxismo não apenas teve de combater à burguesia, mas também contra as diversas pseudoteorias que encarnaram em correntes, partidos operários e até em destacados marxistas. De forma que o combate dos marxistas contra as pseudoteorias sexuais tem sua própria história, embora condicionada em última instância aos avanços e retrocesso da luta de classes mundial.

Isso explica porque quando o proletariado se educava e disciplinava nos marcos da luta parlamentar pelas reformas sociais – na medida em que a fase da livre concorrência capitalista o permitia – e sob a poderosa influência da Socialdemocracia Alemã, teve destaque a luta pela aplicação da igualdade de direito e de fato dos indivíduos no seio da sociedade burguesa. Porém, também porque quando a primeira guerra mundial evidenciasse o esgotamento do período reformista do capitalismo se projetará então a luta pelas reivindicações democráticas, embora subordinada e condicionada pelo programa da revolução proletária.

Está aí por que a III Internacional Comunista não apenas incorporou a rica herança de mais de 40 anos de luta dos marxistas pela defesa da igualdade de direitos e a luta pelas reformas sociais como produto da luta de classes. E sob condições de desagregação capitalista, avançou o programa marxista de que somente é possível combater no campo democrático avançando em direção à revolução social. Sob a liderança de Lênin e Trotsky, a Internacional Comunista se transformou em uma escola de tática e estratégia revolucionárias sobre como responder às discriminações e as diversas manifestações sociais da opressão de classe com a orientação estratégica da revolução e ditaduras proletárias.



Escola de quadros no Nordeste debate a teoria marxista do Partido e a situação política nacional

Abertura: Ascenso e Queda do PT

Anualmente, a militância do POR no Nordeste, junto com alguns contatos e simpatizantes, se reúne em sua escola de quadros. A atividade de 2016, realizada de 15 a 17 de Julho, em Fortaleza, iniciou-se com o lançamento do seu novo livro que trata da trajetória do PT. A gráfica não entregou o livro no prazo, porém a atividade se manteve por sua importância política. A crítica do POR desde os fins da década de 1980 ao partido de massas eleitoral e a estratégia da democratização do Estado levou a uma caracterização precisa do reformismo petista e ao prognóstico de que terminaria como um partido da ordem burguesa prostrado ante o imperialismo.

O expositor apresentou o surgimento da ideia de um Partido dos Trabalhadores a partir da decisão de um congresso metalúrgico no ABC, em 1985. O POR participou desta origem. Combatíamos para que este processo que movimentava as massas de operários, camponeses, favelados, negros, mulheres e homossexuais desse origem a um Partido Operário Revolucionário.

Assim como o PT, houve outras correntes que fizeram parte da história da classe operária no Brasil. Primeiro o anarco-sindicalismo e depois o PCB. Nenhuma delas, porém, pôde cumprir a tarefa de separar a classe operária dos partidos da burguesia. Da crise do estalinismo, originaram-se as organizações que se voltaram para a luta armada. Com o desenvolvimento da ditadura, as correntes se desintegraram definitivamente. Foi neste contexto em que o PT surgiu e todas as correntes se incorporaram, inclusive as que se reivindicavam do trotskismo. Agregaram-se sindicalistas de todo o país, dentre os quais a figura de Lula se destacou. A ala da esquerda católica teve um peso grande na formação do PT. Acadêmicos de esquerda e intelectuais também.

O POR evitou uma posição apriorística de apontar que o PT fracassaria. Fez o combate interno. No Primeiro Congresso do PT, em 1991, a resolução redigida por José Genoíno renegava a ditadura do proletariado em nome da democracia, ou seja, da ditadura de classe burguesa. O que significava defender a propriedade privada e as relações capitalistas de produção. O POR então constatou que, com essa definição estratégica, em que foi descartada a independência de classe para destroçar a burguesia nacional e imperialista, o PT já havia se desviado e se converteria em partido da ordem burguesa. A história pode comprovar que não há possibilidade de pela via eleitoral transformar Estado capitalista. A trajetória do PT materializa esta conclusão. O Partido que prometia democratizar o país, fazer a reforma agrária, dis-

tribuir renda, contrariar a história oligárquica de concentração de terras e riquezas concluiu submetido às oligarquias e seus velhos partidos. Precisou se curvar ao imperialismo (com a Carta aos brasileiros) para chegar ao topo do Estado burguês. O POR apontava esta tendência em 1991 e lutou todos estes anos combatendo a ilusão no PT. No debate, companheiros destacaram que este novo livro registra o combate do POR quando muitos capitularam. Consideraram que estes prognósticos partiram da experiência histórica da classe operária mundial com o programa democratizante.

Crítica programática

O partido é um fenômeno histórico, não pode ser improvisado. O POR parte da concepção de que o partido é o programa, que está sempre em construção. Sua crítica ao PT foi sempre programática, teve como guia a estratégia de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, por meio da revolução proletária. A trajetória do PT não pode ser descolada do ciclo de governos latino-americanos que se guiaram pelo programa burguês, preconizando que seria possível fazer frente ao imperialismo. Mas em uma semicolônia quem dita a política é o capital financeiro, independente das aspirações dos partidos da burguesia e pequena-burguesia. Esta é a lição a ser extraída do esgotamento do chavismo, do plurinacionalismo na Bolívia e Equador, do governo da Frente Ampla no Uruguai. Com o desdobramento da crise de 2008, o programa de inclusão social foi varrido.

A queda do PT e a crise política

Na discussão, camaradas acrescentaram que a burguesia não abriu sua ofensiva contra o PT, que culminou com o golpe institucional que derrubou o governo de Dilma, por este ter se rebelado contra ela. Pelo contrário, o PT serviu à burguesia para atacar e amordaçar os trabalhadores. Dilma iniciou o ajuste fiscal, entregou o Ministério da Fazenda para os banqueiros, com a nomeação de Joaquim Levy, mas não conseguiu avançar no ritmo e profundidade exigidos pelo imperialismo. A burguesia foi superando suas divisões até que todas suas frações e instituições se uniram em torno do impeachment. Uma das intervenções mostrou que a pequena-burguesia acompanhou em grande parte a trajetória do PT, mas quando suas aspirações se frustraram, se aproximou do bloco burguês reacionário que tentou colar no PT a imagem de responsável pela corrupção, quando se imiscuir na podridão é uma condição para o acesso ao Estado burguês. Outra camarada complementou que as esquerdas que capitularam ao eleitoralismo petista não

podem fazer uma crítica programática, resta o moralismo da condenação da corrupção.

O avanço do reacionarismo

Um convidado polemizou considerando que a divisão da esquerda faz com que a direita ocupe espaços e que a esquerda em geral fracassou, não apenas o PT. E que a esquerda deveria aprender com os evangélicos que estavam ocupando todos os espaços possíveis. O expositor, além de saudar que houvesse vozes discordantes no debate, apresentou a explicação para o crescimento da banca evangélica. Mostrou que a democracia parlamentar no Brasil sempre foi dominada pelas oligarquias oriundas do latifúndio, que hoje estão em declínio. No lugar das velhas oligarquias, entra o agronegócio, o capital financeiro, as multinacionais e os monopólios. A mudança no interior da burguesia a colocou em profunda crise que se expressa no parlamento. O chamado centrão não expressa diretamente essas oligarquias. A eleição de parlamentares progressistas não tem como frear a expressão da decomposição do Estado capitalista, que se reflete no avanço das posições reacionárias.

Uma camarada afirmou que a trajetória do PT e falta de inserção do POR nas massas são parte da explicação. As alianças que o PT fez e a estatização e burocratização das organizações de massa compõem este quadro. Em sua intervenção, outra companheira apontou que o POR não rejeita a tática eleitoral, desde que não infle a ilusão de que a solução dos problemas das massas virá das urnas. O expositor diferenciou a atuação nas eleições como tática ou como estratégia e que apenas para os revolucionários trata-se de uma tática. Ou seja, é subordinada à tática revolucionária do proletariado da ação direta, das greves, motins e ocupações. Afirmou que hoje para legalizar o partido revolucionário tem de se vender a alma, se corromper. Até o PSol recebe dinheiro de empresário. Concluiu que se o POR se desenvolver combativo e a classe operária quiser atuar na eleição, o POR atuará taticamente, mas não para capitular a outra estratégia em nome da tática.

Uma jovem militante acrescentou que a fragmentação é um problema, mas o POR não vai se somar a uma frente em torno da democracia. “Que democracia? O exemplo EUA mostra que a maior democracia não passa de uma ditadura da burguesia imperialista. Democracia é erguermos os tribunais populares, adotarmos os métodos operários”. Para isso é preciso rejeitar os atalhos táticos que afastam, completou.

Na base da crise política estavam os profundos choques entre as classes. Assim que concluir o impeachment, o novo

governo vai endurecer contra as massas, com o aumento da repressão, ataque às massas e suas organizações. Garantirá a ordem com punho de ferro para impor seu plano violento, para garantir o pagamento da dívida pública que já está chegando a 80% do PIB e consome R\$ 500 bilhões só em juros.

Uma companheira destacou que a trajetória do PT mostra que só há um caminho, que o proletariado tenha seu partido que impulse a luta para arrancar a burguesia do poder, essa classe que só tem a oferecer a saída da barbárie. Para isso, precisamos nos fortalecer como quadros. O camarada que fez a exposição do livro concluiu que o marxismo foi arrancado da classe operária pelo estalinismo e burguesia imperialista, com a destruição da III Internacional e a violenta restauração capitalista. Este retrocesso profundo atinge nossa consciência histórica. Também somos produto e vítimas deste retrocesso profundo. A crise de direção no Brasil e no mundo só pode ser respondida com a persistência da construção do Partido mundial da revolução socialista, a reconstrução da IV Internacional.

Teoria Marxista do Partido

Em seu segundo dia, a Escola de Quadros se dedicou disciplinadamente ao estudo do folheto “A teoria marxista do partido”, de Guillermo Lora. Os extratos foram debatidos em pequenos grupos, permitindo que todos expusessem suas dúvidas e considerações. Uma plenária no período da tarde fez com que se avançasse a compreensão coletiva sobre o partido que temos de por em pé no país. Relatamos algumas conclusões do rico debate realizado.

Primeiramente, se situou por que a concepção de classe do partido político surgiu em meados do século XIX, a partir de movimentos de massas como o dos cartistas, com o desenvolvimento da indústria capitalista e o início de independização política da classe operária. Apesar das indicações de Marx e Engels e dos esforços de criar um partido mundial da revolução, com a I Internacional, é em Lenin que se encontra desenvolvida a concepção do partido como vanguarda do proletariado. A experiência com os partidos de massas da II Internacional, sobretudo o Partido Socialdemocrata alemão,

mostrava que para enfrentar a burguesia, centralizada em seu Estado, era necessário centralizar as forças dos explorados em um partido operário que se convertesse em Estado Maior da revolução.

É no partido que se concentra a consciência de classe, compreendida como o conhecimento das leis do desenvolvimento da sociedade. Para se chegar a este conhecimento, é necessário realizar uma investigação científica da realidade,

É no partido que se concentra a consciência de classe, compreendida como o conhecimento das leis do desenvolvimento da sociedade.



Teoria Marxista do Partido Político

Guillermo Lora



POR Partido Operário Revolucionário

MASSAS

tarefa que é inacessível ao conjunto da classe e que, em geral, é desempenhada por intelectuais oriundos da burguesia e pequena burguesia, junto com alguns operários que, a despeito das condições de vida mutiladoras, se intelectualizam. É por isso que Lenin incorpora a concepção de Kautsky de que a consciência vem de fora. Alguns companheiros demonstraram incompreensão sobre esta tese, afirmando que a consciência viria das próprias lutas operárias. Foi necessário salientar que Lenin não desconsiderava a iniciativa e criatividade de massas, mas por mais que identificasse no espontâneo, o embrião da consciência socialista, mostrava seus limites sem a atuação do partido. Este programa elaborado pela vanguarda precisa penetrar na classe operária, ganhar seus quadros mais conscientes e avançados. Só por essa via que estas ideias podem se converter em força material e atuar como guia das massas em luta.

O estudo mostrou a unidade dialética entre tática e estratégia, assim como entre a organização e a estratégia. O objetivo final de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social determina os meios a serem utilizados e a forma de organização necessária. A necessidade de centralizar as forças contra a burguesia implica em ter uma única posição externa, centralizada. Um partido revolucionário precisa formar os quadros. Estes revolucionários são estimulados a pensar com suas próprias cabeças sobre os problemas trazidos pela luta de classes. As divergências são inevitáveis. Para garantir a elaboração coletiva é necessária a mais ampla democracia interna. O método da crítica e autocrítica também é fundamental tanto coletivamente, para avaliar os passos do partido, como nas células e entre os militantes. A infalibilidade do partido e do secretário geral é uma fraude criada pelo estalinismo. A verdade é um problema prático, sujeito à história. Reconhecer a possibilidade do erro é uma alavanca para manejar a crítica e autocrítica e corrigir o curso quando necessário. A autocrítica, porém, não pode ser imposta. Precisa ser verdadeira para ser superadora.

As divergências que permanecem podem dar lugar à formação de tendências (em torno de discordâncias táticas) ou frações (em torno do programa). O partido, porém, não pode conviver

com a existência de dois programas, pois um deles expressará a política de outra classe no interior do partido revolucionário. Por isso, cabe à direção organizar o curso da divergência para que sua natureza de classe seja evidenciada e a militância possa se posicionar.

Situação Política Nacional

A riqueza do debate sobre a teoria marxista do partido, se desdobrou, no dia seguinte, no estudo sobre a situação política nacional. O fundamental foi ver como a estratégia condiciona as táticas e organização dos partidos. A impotência do PT em defender seu governo, tem total conexão com seu programa reformista e sua forma de partido de massas. Assim, tentou responder ao golpe nos marcos da democracia burguesa e oligárquica à qual tinha se submetido. A impotência foi tamanha que agora acabou chamando o voto, para a presidência da Câmara, em um candidato do PMDB e depois liberando o voto no candidato do DEM.

O POR, guiado por sua estratégia, em meio à crise, apresentou uma via de independência de classe. Condenou o golpe mostrando que o impeachment é um mecanismo antidemocrático por princípio, que se opõe à soberania do voto popular. Mostrou que uma via democrática de julgar um governo seria com a realização das assembleias nos locais de trabalho, eleição de um comitê nacional que organizasse o julgamento com total independência perante as instituições burguesas, aí sim se teria garantia da revogabilidade dos mandatos.

cional que organizasse o julgamento com total independência perante as instituições burguesas, aí sim se teria garantia da revogabilidade dos mandatos.

Propôs em seus manifestos que a luta democrática contra o golpe se soldasse à defesa das reivindicações das massas. Afirmou que somente a classe operária no campo da independência de classe poderia derrotar o golpe da direita. Agitou em todo o período a necessidade da estratégia própria do proletariado, o governo-operário e camponês. O estudo das posições do partido evidenciou também a tese da impossibilidade do florescimento de uma democracia burguesa avançada nos países semicoloniais. Essa democracia oligárquica putrefata está com suas feridas expostas. Mas a classe operária não tem sido capaz de responder aos ataques, inclusive os do governo de Michel Temer, pela falta de seu partido revolucionário.

Esta foi a conclusão que uniu os três momentos da Escola de Quadros.

O POR, guiado por sua estratégia, em meio à crise, apresentou uma via de independência de classe. Condenou o golpe mostrando que o impeachment é um mecanismo antidemocrático por princípio, que se opõe à soberania do voto popular. Mostrou que uma via democrática de julgar um governo seria com a realização das assembleias nos locais de trabalho, eleição de um comitê nacional que organizasse o julgamento com total independência perante as instituições burguesas, aí sim se teria garantia da revogabilidade dos mandatos.



4 MASSAS

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 522 - DE 19 DE JUNHO A 4 DE JULHO DE 2016 - R\$ 4,00

Agrava-se a crise política

Por um Tribunal Popular que apure e puna os crimes da burguesia



Eleição no Peru

É preciso um balanço da responsabilidade dos revisionistas do trotskismo no Peru. Sem o partido revolucionário, as massas são arrastadas pelas variantes da direita burguesa, subordinadas ao imperialismo



Nesta edição:

- Bolívia: Unidos e organizados, os oprimidos vencerão o péssimo governo
- Colômbia: consumado o acordo de cessar fogo entre o Estado e as FARC
- Fracassado o golpe militar na Turquia
- Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?”, de Lênin

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Bolívia

Unidos e organizados, os oprimidos vencerão o péssimo governo

O GOVERNO PREPOTENTE ESPERA QUE OS OPERÁRIOS SE RENDAM PELO CANSAÇO, MAL SABE ELE QUE A SUA BUROCRACIA SINDICAL CORROMPIDA JÁ NÃO PODE CONTROLAR COMO ANTES AS SUAS BASES, QUANDO O ESPECTRO DA FOME E DO DESEMPREGO AMEAÇAM O TRABALHADOR

ROMPER O PACTO COM EVO é a consigna que percorre o país. Como todos os poderosos, Evo e seus ministros se negam a ceder. Não querem perder a autoridade frente ao imperialismo e as multinacionais em que se apóiam, tampouco querem perder um pouco de poder para o povo. Evo pensava que seus burocratas sindicais vendidos conteriam os trabalhadores, que estariam dispostos a arriscar tudo pelo processo de mudança, mas para sua surpresa as massas trabalhadoras exigem que se cumpram as reivindicações. As traições costumeiras dos dirigentes sindicais já não são possíveis. O espectro do desemprego e da fome é cada vez maior.

SE ESTA É A MUDANÇA, A MUDANÇA NÃO SERVE CANTAM OS OPERÁRIOS

Sem medo, sem preocupação de perder uma pasta, um presente ou um empréstimo em dinheiro, nós operários de base gritamos com todo nosso sentimento que o processo de mudança é dos dirigentes burocratas, vendidos ao antioperário Evo.

O vice-ministro, Alfredo Rada, está seguro que a aliança entre a COB e o governo se encontra intacta e a intenção de

rompê-la por parte de alguns dirigentes ultra-esquerdistas não se concretiza, porque esta aliança, que se expressa com a defesa do processo de mudança, é uma resolução do Congresso da COB, realizada em Tupiza.

Os operários durante as mobilizações RECHAÇAM e CENSURARAM esta aliança entre os DIRIGENTES e o GOVERNO. Deixando claro, não foi uma aliança entre os TRABALHADORES e o GOVERNO.

Em uma assembleia de trabalhadores da ENATEX, um companheiro contestou Rada: “O processo de mudança é dos capitalistas, empresários, porque eles estão obtendo grandes lucros, enquanto os operários continuam sofrendo os abusos, demissões e maus tratos. Um outro operário disse que este “governo não é nosso. Nós operários construiremos o nosso governo com armas em mãos, não por meio das eleições dos ricos”.

(Porta-voz Fabril n. 38, 7-16)

NADA de FÁBRICAS FECHADAS E DEMISSÕES!
OCUPAR AS FÁBRICAS E MINAS PARA ESTATIZÁ-LAS
SOB O CONTROLE OPERÁRIO!!

ABAIXO EVO ENTREGUISTA E TRAIADOR!

Fora os masistas da COB, federações e confederações, organizar a luta desde as bases nas assembleias e comitês de greve.

(Extraído do *Jornal Masas*, nº 2455, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Colômbia: consumado o acordo de cessar fogo entre o Estado e as FARC

Superar a crise de direção revolucionária mundial e constituir uma direção proletária no seio das massas oprimidas do continente

O acordo entre o governo colombiano e as FARC em torno do cessar fogo bilateral e definitivo, finalmente, foi consumado em Havana, Cuba. A assinatura do tratado tem ainda de percorrer um caminho de desmobilização das frentes guerrilheiras, de desarmamento geral e fundamentalmente de integração dos quadros e da tropa das FARC às instituições e atividades políticas burguesas.

Um primeiro obstáculo se ergueu nesse caminho quando duas frentes das FARC rechaçaram depor as armas e se pronunciaram por continuar com a luta armada. Assinalaram que as condições

de opressão sobre camponeses e o confisco de suas terras não acabaram, mas ao contrário se ampliaram. Assim afirmaram que “a luta pela conquista do poder” estaria ainda colocada. Porém, terá de passar pela prova dos ataques da direita latino-americana, que ganhou força com os acontecimentos no Brasil, Venezuela e Argentina.

O fato de o acordo ter sido construído na presença de Raúl Castro, Nicolás Maduro e Michelle Bachelet demonstrou que a maioria das forças burguesas, tanto nacional-reformistas como

pró-imperialistas, pretende a integração das FARC ao regime burguês. Através desse processo, pretende-se fechar finalmente um ciclo de rupturas revolucionárias na América do Sul, que a elevação da luta de classes no campo e nas cidades, na década dos anos 60 e 70. Está aí por que o acordo prevê a criação de regiões eleitorais especiais para facilitar a representação político-eleitoral das FARC no parlamento. Fundamentalmente, nas regiões onde mantêm influência e que podem se converter em apoio eleitoral.

O fundamental, no entanto, está em que o objetivo de incorporar a guerrilha mais antiga do continente à ordem democrático-burguesa foi traçado e tutelado pelo imperialismo norte-americano. Em parte, reflete as consequências do reatamento das relações políticas e diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba. E, em parte, expressa as tendências à desintegração das bases de apoio políticas que permitiram a guerrilha sobreviver além das bases sociais e históricas que possibilitaram seu surgimento e, sob as condições de avanço da luta de classes em toda América Latina, ganhar expressão continental como reflexo das forças anti-imperialistas que cresciam e se expandiam.

As condições materiais, sociais e históricas que serviram de base ao avanço da guerrilha, já não mais existem. As grandes cidades têm visto se desenvolver amplas camadas de classes médias educadas nas ilusões democráticas, as quais dependem dos avanços dos negócios monopolistas para reproduzir suas condições de existência social. Essas novas camadas da classe média constituem a base social e política refratária a toda mudança social, ainda mais as que se apresentam como socialistas. Por outro lado, o proletariado desde sempre desconheceu a política nacional-reformista das Farcs. Ambos os processos têm favorecido o isolamento agrário das FARC. Sua base camponesa, por si só, não teve e não tem como desenvolver a luta revolucionária pelo poder. De maneira que a burguesia se apoia nesses fatos para colocar as FARC em posição de fraqueza no processo de sua integração à política burguesa.

As posições envolvidas no acordo assinalam que a integração das Farcs à política e democracia burguesas serve, em última instância, para fortalecer as ilusões democráticas das massas e desenvolver uma ampla campanha reacionária sobre a suposta derrota histórica das “utopias socialistas”.

O certo é que a desmobilização, desarmamento e integração das Farcs à democracia parlamentar ocorrem no momento em que uma nova etapa da luta de classes mundial se desenvolve como produto do choque dos explorados contra os ajustes dos capitalistas e do avanço da opressão nacional do imperialismo sobre as semicolônias.

Os anos de 2014 e 2015 foram cenários de massivas e radicalizadas greves operárias e de manifestações camponesas que se chocaram com o Estado e as forças burguesas. Processo esse que, por sua vez, se complementa com o percurso histórico de dissolução dos laços sociais da guerrilha com as massas, fundamentalmente camponesas. Na base desse processo, se acham as mudanças operadas na base social das classes e da economia nacional.

O auge da guerrilha foi nos anos 90, quando as Farcs contabilizavam 26 mil homens em armas. Nota-se, porém, que no campo ocorria uma maciça diminuição da população rural e um aumento da urbana. Em parte, esse processo demográfico refletia o conti-

nuo fluxo de refugiados que fugiam das zonas de guerra. De outra, um processo de concentração latifundiária e de transformação agrária em termos capitalistas da exploração da terra. Assim, à diminuição da produção agrícola nas áreas em conflito armado - depois, progressivamente ocupado pelo narcotráfico -, somaram-se as mudanças nas formas de propriedade e posse das terras. O fato de avançarem a produção de soja e de outras matérias-primas agrícolas para o mercado externo indicava o desenvolvimento dos monopólios agroindustriais no país. Esses exigiam do governo avançarem as condições jurídicas e de segurança para garantir seus investimentos e lucros. Exigiam o fim da guerra civil. Está aí por que o governo Santos foi obrigado a fechar o acordo com as FARC, sob a orientação do imperialismo.

Como se vê, a desmobilização e desarmamento das FARC se espelham em uma maior penetração do capital financeiro e dos monopólios na economia nacional. Certamente, têm razão as Frentes 1 e a 7 em dizer que as condições que os levaram há 40 anos a pegar em armas e a lutar pela reforma agrária não somente não mudaram como avançaram muito. Mas, erram ao caracterizar que as condições sociais e políticas favorecem ainda a luta pelo poder pela via da guerrilha camponesa. Sem que o proletariado constitua o seu partido e assuma a direção da maioria oprimida, a luta camponesa não sairá dos limites do capitalismo.

O fracasso das Farcs reflete a incapacidade da classe camponesa de erguer um programa próprio de libertação do país e realizar as transformações democráticas. A experiência histórica do

entroncamento da guerra camponesa com a luta do proletariado, como aconteceu em Cuba, não ocorreu na Colômbia. O isolamento da guerrilha se tornou inevitável. A derrocada do estalinismo, o processo de restauração capitalista, a impotência da frente popular no Chile, os golpes militares na América Latina e a quebra do foquismo foram decisivos para que as Farcs fossem colocadas em um beco sem saída.

O fundamental da presente situação, no entanto, está em que a nova etapa da luta de classes que se abre, os processos moleculares que se realizam nas bases da classe operária mundial, a necessidade de responder à crise com a política revolucionária, o avanço à restauração capitalista em Cuba e a desagregação social e política dos diversos governos nacional-reformistas obrigam a vanguarda a tirar importantes lições do fracasso e derrota da experiência guerrilheira na Colômbia. A primeira delas não é outra que a necessidade de recuperar as tradições e os métodos da luta do proletariado pelo poder. O que exige constituir a vanguarda em partido marxista-leninista-trotskista. É por essa via que se desenvolverá a luta do campesinato pela terra e da maioria oprimida pela libertação nacional da opressão imperialista.

Evidentemente, a ausência de um partido-programa na Colômbia é um obstáculo nesse caminho. Mas, o reagrupamento das forças revolucionárias e trotskistas ao redor do Comitê de Enlace permitirá dar saltos significativos na tarefa de organizar e centralizar a vanguarda operária do país e do continente sob o programa da revolução proletária. Temos claro que a integração das Farcs ao Estado burguês resultará em um golpe no campesinato e na luta revolucionária. Esse resultado exige da política internacionalista do proletariado assimilar criticamente os acontecimentos da luta de classes na Colômbia.



Fracassado o golpe militar na Turquia

Os explorados têm de intervir na situação com uma política independente

Na noite do dia 15 de julho, uma fração das Forças Armadas turcas tentou consumir um golpe de Estado relâmpago, ocupando as ruas com tanques, bombardeando com jatos as forças militares e civis que resistiam nos primeiros momentos do golpe. Porém, na madrugada do dia 16, o golpe estava derrotado pela reação das Forças Armadas leais ao governo de Recep Tayyip Erdogan.

Como consequência do golpe, morreram mais de 260 pessoas, grande parte de militares golpistas e de civis que resistiram nas ruas, além de centenas de feridos e milhares de presos.

O fracasso da tentativa de golpe indica que a fração que se rebelou não contava com o apoio necessário no interior das Forças Armadas e não conseguiu conquistar uma base social capaz de se levantar contra o governo.

A história do país demonstra que os golpes realizados pelas Forças Armadas turcas, embora justificados em defesa da “democracia e laicidade” do Estado e contra a “islamização da política”, têm servido apenas à manutenção de redutos de poder de parte da hierarquia militar e das frações da burguesia turca que nela se apoiam no seio do Estado. Mais precisamente: as movimentações golpistas têm se realizado às costas dos explorados e têm expressado interesses opostos aos das massas.

Está aí por que a tentativa golpista, desta vez, não conseguiu progredir. Compareceu como uma ação superestrutural e alheia aos interesses operários e populares. O que em grande parte explica a fraqueza das posições políticas, militares e sociais dos golpistas. A capacidade de responder à ação golpista com uma mobilização de massas em defesa de seu governo permitiu Erdogan acobertar os interesses da burguesia turca detrás da máscara da defesa da democracia e das liberdades políticas.

Fracassado o golpe, se fortalecem as posições dos setores das Forças Armadas e da burguesia nacional, aos quais serve o governo Erdogan. É que demonstra a contraofensiva do governo contra o ex-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Akin Ozturk, e fundamentalmente contra o líder da oposição, o clérigo islâmico Fetulá Gulen, ambos acusados de liderar a tentativa golpista.

Gulen é o máximo representante político de uma fração burguesa em disputa com as frações leais ao governo. Seus partidários têm penetrado em todas as instituições do Estado e servido de contrapeso às pretensões hegemônicas das frações associadas a Erdogan. A luta interburguesa passa, assim, pelo controle das trincheiras que lhes permitam ampliar e conquistar novas posições no aparelho de Estado. Eis por que Erdogan acusa Gulen de ter criado uma “estrutura paralela” e, fracassado golpe, passou imediatamente a operar uma massiva depuração de funcionários, professores, intelectuais, quadros militares e chefes policiais.

Observa-se que os confrontos e os choques interburgueses não serão resolvidos com a derrota dos insurgentes. A Turquia está envolvida na guerra civil da Síria e serve de base de apoio ao imperialismo. A crise capitalista, as profundas divergências sobre os rumos da guerra na Síria, a virada pragmática de Erdogan, procurando reatar os laços econômicos e diplomáticos com a Rússia, depois de abater um de seus aviões de guerra, a resistência da União Europeia (UE) em aceitar a Turquia como Estado-membro, as manobras operadas pelo imperialismo norte-americano no Oriente Médio e, finalmente, o avanço das tendências da guerra civil contra os curdos, tudo isso, de conjunto, obriga a um realinhamento de forças sociais e políticas internas e externas. Isso explica por que a contraofensiva do governo Erdogan contra os golpistas se converte em meio de ferrenha centralização autoritária. Para isso, o governo aproveitou o golpe para encarcerar mais de 6 mil militares (dentre eles, 41 generais e almirantes) e 30 go-

vernadores; e milhares de funcionários públicos foram afastados de seus cargos ou demitidos, 9 mil policiais foram expulsos e 755 juizes e fiscais civis e militares, demitidos e indiciados por cumplicidade. O governo anunciou a intenção de implantar a pena de morte.

Está traçada a via de maior cerceamento das liberdades democráticas e da implantação de uma ditadura burocrático-militar. Evidentemente, essa condição servirá não apenas para a centralização autoritária das forças burguesas, mas também para enfrentar as tendências de desagregação política e social e a falta de perspectivas de uma saída imediata ao grave impasse econômico, social e político no país, na base de um profundo e violento ataque às condições de vida e trabalho das massas.

Não há dúvida de que os violentos choques interburgueses, que, como demonstramos, se expressaram de forma mais virulenta no golpe e contragolpe, têm por fundamento material as mudanças na situação política interna e internacional. De um lado, refletem o agravamento da política de extermínio desenvolvida pelo Estado contra os nacionalistas curdos, objetivando evitar que ganhe forças a luta pela autodeterminação nacional. Tendência essa que, de outro lado, agravou-se pelas consequências do avanço das milícias curdas na Síria e pela intervenção da Rússia nesse país. O intervencionismo russo levou ao fortalecimento de Assad, permitindo-lhe avançar no controle de territórios e no combate ao Estado Islâmico que mantém sob sua guarda as jazidas petrolíferas.

Ambos os fatores afetaram não apenas o objetivo do governo Erdogan de impor uma derrota ao governo sírio e das forças curdas, visando assim à participação turca na divisão territorial da Síria, junto ao imperialismo e países árabes servís. Não é desconhecido o interesse da família de Erdogan e das frações burguesas associadas ao tráfico de petróleo contrabandeado da Síria pelo EI.

Como se vê, as condições criadas pela virada da situação interna e externa obrigaram o governo a realizar um realinhamento nos apoios internos e alianças externas. É o que explica a necessidade de Erdogan reatar relações diplomáticas com a Rússia. O que, por outro lado, foi um passo obrigado perante o fracasso das negociações com a UE e a mudança do imperialismo com respeito à Síria.

O golpe fracassado e o contragolpe desfechado por Erdogan indicam que uma nova fase da crise capitalista se abriu na Turquia. É muito provável que ainda se realizem manobras e contramanobras na disputa burguesa. Porém, não alterarão o fortalecimento das tendências de constituição de uma ditadura burocrático-militar, que terá por objetivo assegurar as posições do governo. Provavelmente, terá de se expressar no agravamento da guerra civil contra os curdos e da repressão interna aos opositores, objetivando evitar uma irrupção das massas em defesa de suas condições de vida.

Para o proletariado e demais oprimidos, trata-se de lutar no terreno próprio de classe em defesa das reivindicações e com os métodos da ação coletiva de massa. As bandeiras democráticas e do direito à autodeterminação dos curdos servirão de ponto de apoio ao combate revolucionário à ditadura de Erdogan. Na medida em que os explorados avancem a luta de classes, as duas frações da burguesia, hoje confrontadas, se unirão para defender o regime burguês e recorrerão à violência reacionária. O problema fundamental está em conquistar a independência política e organizativa do proletariado, de forma a revelar os mesmos interesses burgueses do governo e da oposição que se aventurou no golpe. Sobre a base da trágica experiência e da história da Turquia, cabe à vanguarda tomar em suas mãos a tarefa de construir o partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista.

Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?”, de Lênin

No Jornal Massas nº 523, expusemos a crítica de Lênin à tendência economicista e reformista que se manifestava no seio da socialdemocracia russa em torno da questão da agitação e da luta política. Neste ponto, foi analisada e rechaçada a tese economicista, espontaneísta, que afirmava que a tarefa da socialdemocracia era a de *“imprimir à luta econômica um caráter político”*. Damos continuidade a essa discussão.

Lênin explica que a socialdemocracia revolucionária sempre lutou por reformas. No entanto, não como objetivo em si mesmo. A agitação pelas reivindicações imediatas, que levam as massas se colocarem em ação, serve de ponto de partida para colocá-las em choque com o *“governo autocrático”*. Tais reivindicações não devem se limitar à luta econômica, mas responder a tudo que diz respeito à vida social e política. Reduzir as reformas às reivindicações econômicas significa estreitar o caminho da luta operária e submetê-la ao regime vigente. Eis a conclusão de Lênin: *“Em uma palavra, como a parte ao todo, a luta pelas reformas subordina-se à luta revolucionária pela liberdade e pelo socialismo”*. Para o marxismo, a luta por reformas está condicionada à estratégia política, programática. Eis por que a cada instante da agitação pelas reivindicações imediatas e por reformas, os revolucionários trabalham no seio das massas pelo objetivo geral.

Lênin estava de acordo com a diferenciação que seus adversários faziam entre propaganda e agitação. A propaganda apresenta muitas ideias que como tal são assimiladas no momento em que são realizadas por um número relativamente pequeno de pessoas, daí a importância da divulgação de materiais como folhetos, revistas, declarações, etc. Distintamente, a agitação se concentra em transmitir uma só ideia, que corresponde a um acontecimento, a um fato concreto, alcançando um grande número de pessoas. A diferenciação entre propaganda e agitação, formulada anteriormente por Gueorgui Plekhanov, era utilizada pelos economicistas para acusar o jornal Iskra, dirigido por Lênin, de colocar em segundo plano as tarefas de agitação. Segundo eles, o Iskra se negava a lutar por *“resultados tangíveis”*. Ou seja, o Iskra acentuava a propaganda em detrimento da agitação. Vejamos a resposta de Lênin: *“Nossos economicistas, entre eles Robócheie Dielo, tiveram êxito por terem se adaptado à mentalidade dos operários atrasados. Mas o operário socialdemocrata, o operário revolucionário (número que aumenta dia a dia) rechaçará com indignação todos estes raciocínios sobre a luta por reivindicações que ‘prometem resultados tangíveis’, etc., pois compreenderá que não são senão variantes da velha canção do aumento de um kopek por rubro. Este operário dirá a seus conselheiros de ‘R. Misl’ e ‘R. Dielo’: os senhores procuram intervir com demasiado zelo em assuntos que nós mesmos resolvemos e esquivar-se do cumprimento de suas verdadeiras obrigações. Não é muito inteligente dizer, como os senhores fazem, que a tarefa dos socialdemocratas é imprimir à luta econômica um caráter político; isto não é mais do que o começo, e não consiste nisto a tarefa principal dos socialdemocratas, pois na Rússia, como no mundo inteiro, é a polícia mesmo que começa muitas*

vezes a imprimir à luta econômica um caráter político, e os operários por si mesmos aprendem a compreender de que lado está o governo”. Notamos que a acusação dos adversários de Lênin de que dava primazia à propaganda estava a serviço da defesa do economicismo, do espontaneísmo, ou seja, do reformismo.

O conflito entre economicistas e marxistas não se dava, como se vê, em torno da conceituação sobre a função da propaganda e agitação, mas sim em torno da importância decisiva da propaganda para o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado tendo por base a agitação. Os economicistas circunscreviam a agitação política ao terreno econômico. Os marxistas, ao contrário, a entendiam que era preciso *“organizar denúncias políticas que abarquem todos os terrenos. Por essa via, as massas elevariam sua consciência política e ação revolucionária”*. A luta em todos os terrenos possibilita a educação classista dos explorados.

Citemos Lênin: *“A consciência da classe operária não pode ser uma consciência verdadeiramente política se os operários não estão acostumados a expressar em todos os casos de arbitrariedade e opressão, de violências e abusos de toda a espécie, quaisquer que*



sejam as classes afetadas; expressar, além disso, precisamente do ponto de vista socialdemocrata e de nenhum outro. A consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprendem, sobre a base dos fatos e acontecimentos políticos concretos e, além disso, atuais, a observar cada uma das demais classes sociais, em todas as manifestações da vida intelectual, moral e política dessas classes; se não aprendem a aplicar na prática a análise materialista e a apreciação materialista de todos os aspectos da atividade e da vida de todas as classes e grupos da população.

Quem oriente a atenção, a capacidade de observação e a consciência da classe operária exclusivamente ou ainda que somente seja de preferência, para ela mesma, não é um socialdemocrata, pois o conhecimento de si mesma, por parte da classe operária, está inseparavelmente ligado à completa clareza não só dos conceitos teóricos ... ou melhor: não tanto dos conceitos teóricos, como das ideias elaboradas sobre a base da experiência da vida política, em torno das relações entre todas as classes da sociedade atual. Esta é a razão de que sejam tão profundamente nocivas e tão profundamente reacionárias, por seu significado prático, a defesa de nossos economicistas de que a luta econômica é o meio mais amplamente aplicável para incorporar as massas ao movimento político”.

Todo marxista deve estudar e assimilar com máxima atenção a formulação de Lênin de que o trabalho do partido revolucionário combina todos os aspectos da luta econômica e política contra os capitalistas e seu poder. A agitação e propaganda são meios indispensáveis, de forma que se desenvolvem de acordo com os acontecimentos e com a luta de classes. A mais elevada consciência de classe é aquela que não se limita a ver a si mesma e que reconhece a classe inimiga. Há que se observar a poderosa pressão do economicismo contra a luta revolucionária, que se dá em todos os campos e sob a estratégia da revolução social.